

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC SP**  
**Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção**

Gabriel Lopes Vaccarello

**O CONCEITO DE PESSOA NO CONCÍLIO VATICANO II**

Uma análise teológica da antropologia emergente da *Gaudium et Spes* 12

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SÃO PAULO - 2022

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC SP**  
**Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção**

**O CONCEITO DE PESSOA NO CONCÍLIO VATICANO II**

Uma análise teológica da antropologia emergente da *Gaudium et Spes* 12

Gabriel Lopes Vaccarello

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Teologia, sob a orientação da Professora Mestra Rosana Manzini.

SÃO PAULO - 2022

À Nosso Senhor Jesus Cristo e à Grande Mãe de Deus, a Virgem Maria, por me acompanharem de forma singular durante todo este processo formativo, à minha família, aos amigos e todos os que, de alguma forma, colaboraram comigo durante esta caminhada até aqui. DEDICO.

Agradeço a Deus, pelo dom da vida, por sua condução e sustento durante toda a caminhada.

Aos meus pais, que em toda a vida não mediram esforços para que eu chegasse a concluir meus objetivos.

À Virgem Maria, que através desta devoção especial que tenho para com Ela, cuidou de interceder, desde o Céu, por minha vida.

Ao meu diretor espiritual, Padre José Laboy, LC, que cuidou de orientar-me em todos os momentos de crises e alegrias.

À minha esposa e melhor amiga, Maria Paula Reis Vaccarello, por todo o apoio e incentivo neste processo.

Aos meus colegas de turma, pela proximidade construída no decorrer do curso.

Aos professores, que cuidaram de construir esta torre de conhecimentos diversos chamada Teologia.

À minha orientadora, Mestra Rosana Manzini, pelo acompanhamento singular e atenção dedicada à conclusão do trabalho.

Agradeço.

“Que é, pois o homem, para que dele te lembres?  
Ou o filho do homem, para que te preocupes com  
ele? Fizestes dele pouco menos que um anjo,  
coroando-o de glória e esplendor. Estabeleceste-o  
sobre a obra de tuas mãos, tudo pusestes sob os  
seus pés” (Salmo 8, 5-7).

## RESUMO

O presente trabalho tem por tema o *conceito de pessoa do Concílio Vaticano II*, intentando de extrair o conceito do parágrafo número 12 da Constituição Pastoral. Levando em consideração que o parágrafo se divide em três partes essenciais, a pesquisa se desenvolve acerca dos três temas nucleares de cada uma das partes do parágrafo, a saber: as diversas discussões, no decorrer da história, acerca do conceito de pessoa humana que acaba por definir o homem de modo errôneo e portanto direcionando-o a uma finalidade que não condiz com quem ele é de fato; a definição mesma de homem que passa pelo conceito de *imago Dei*, tendo de definir, portanto, o significa do ser imagem e semelhança de Deus; e, por fim, a pessoa humana enquanto tendo sido criada para a comunhão e partilha de vida. O objetivo principal do trabalho é a investigação do conceito de pessoa, para que, após uma definição do que significa ser pessoa segundo a *imago Dei*, tal conceito seja aplicado ao tema da família, maior expressão do que significa a comunhão de pessoas. A pesquisa se desenvolveu sob método indutivo, investigando textos e autores que contribuíram para o desenvolvimento do tema central do trabalho e sobre a aplicação do conceito ao núcleo familiar e à realidade matrimonial. Deve-se notar, por fim, que a pesquisa sobressalta a necessidade da participação de Deus na vida familiar, o que exige a sacramentalidade do matrimônio, como prerrogativa para a correspondência verdadeira do significado do matrimônio e da família.

**Palavras-chave:** Pessoa; Antropologia; Sacramento; Matrimônio; Amor.

## ABSTRACT

The present work has as its theme the *concept of person of the Second Vatican Council*, trying to extract the concept of paragraph number 12 of the Pastoral Constitution. Taking into account that the paragraph is divided into three essential parts, the research is developed around the three core themes of each of the parts of the paragraph, namely: the various discussions, throughout history, about the concept of the human person who ends up for defining man in a wrong way and therefore directing him to a purpose that does not match who he really is; the very definition of man that passes through the concept of *imago Dei*, having to define, therefore, the meaning of being the image and likeness of God; and, finally, the human person as created for the communion and sharing of life. The main objective of the work is to investigate the concept of person, so that, after a definition of what it means to be a person according to the *imago Dei*, this concept can be applied to the theme of the family, a greater expression of what the communion of persons means. The research was developed under an inductive method, investigating texts and authors that contributed to the development of the central theme of the work and on the application of the concept to the family nucleus and the matrimonial reality. Finally, it should be noted that the research highlights the need for God's participation in family life, which requires the sacramentality of marriage, as a prerogative for the true correspondence of the meaning of marriage and the family.

**Keywords:** Person; Anthropology; Sacrament; Marriage; Love.

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO _____	9
<b>CAPÍTULO 1: A GAUDIUM ET SPES NO CONTEXTO DO CONCÍLIO _____</b>	<b>11</b>
1.1 O Concílio Vaticano II _____	13
1.2. O processo redacional da <i>Gaudium et Spes</i> _____	17
1.3. Os fundamentos Teológicos da Constituição Pastoral <i>Gaudium et Spes</i> _____	24
<b>CAPÍTULO 2: A ANTROPOLOGIA EMERGENTE DA GAUDIUM ET SPES _____</b>	<b>29</b>
2.1. A complexidade da pessoa humana _____	31
2.2. O homem criado à imagem de Deus _____	36
2.3. A pessoa criada para a comunhão _____	44
<b>CAPÍTULO 3: UMA PROPOSTA ANTROPOLÓGICA PARA A REALIDADE</b>	
<b>CONJUGAL _____</b>	<b>49</b>
3.1. O amor conjugal _____	51
3.2. Os desafios da família _____	57
3.3. A Redenção do matrimônio _____	62
CONCLUSÃO _____	67
APÊNDICE _____	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	71

# INTRODUÇÃO

Ao olhar rapidamente para o contexto contemporâneo sob o prisma humano mesmo, imediatamente se pode notar uma dificuldade enorme quanto à compreensão do que é a pessoa humana e quais os seus maiores anseios. Além disso, as relações têm passado por momentos de divisão e utilitarismo, sobretudo no que diz respeito à realidade do matrimônio e das famílias.

Tendo em vista o homem e suas relações, a Igreja, durante o Concílio Vaticano II, trabalhou duramente para dar uma resposta ao homem sobre quem ele é, e conseqüentemente, para onde ele está caminhando. Fruto de tão saudoso trabalho e dedicação foi a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias” (*Gaudium et Spes* 1). Assim começa o documento, visando mostrar que a Igreja, como mãe, sente profundamente tudo aquilo que a humanidade padece. Porém, sobretudo deseja valorizar as soluções, indicando o caminho de modo a contribuir com os homens.

O presente trabalho, tendo em vista e como foco principal a própria Constituição Pastoral, deseja apresentar aquilo que está contido como conteúdo implícito no parágrafo número 12 do documento, intentando, assim, de extrair dali, um conceito de pessoa honesto e abrangente, livre de reducionismos antropológicos, mas que, além de conceitualizar, dê margem à atualização desse conceito a ser trabalhado, para propor à família, tema a que o trabalho se dedica por último, uma solução para os seus mais diversos dramas.

O primeiro capítulo desenvolve-se numa investigação histórica a respeito do Concílio Vaticano II, onde foi formulada a *Gaudium et Spes*. Em seguida, o processo redacional da Constituição Pastoral e suas intenções últimas tidas pela Igreja ao escrevê-la e publicá-la como fruto do Concílio, passa a ter a centralidade.

Seguindo as intenções do própria documento, e olhando para a realidade do mundo intentando de apurando cada dor sentida pelos homens no que diz respeito às frustrações quanto à sua realização e felicidade plena, o trabalho apresenta um

conceito de pessoa condizente com a verdade sobre o homem e que engloba todas as suas dimensões, fugindo de qualquer reducionismo antropológico, para que os maiores potenciais humanos sejam esclarecidos, bem como o modo de alcançá-los.

O segundo capítulo, a partir do número 12 da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, elabora, então, uma investigação que intenta responder ao homem o que ele é. Deixando claro, sobretudo aquilo que a Constituição propõe como definição: *imagem e semelhança de Deus*.

O terceiro capítulo visa aprofundar o que significa o amor conjugal e a necessidade do Sacramento do matrimônio para que ele se dê em conformidade com o amor desejado por Deus. Tal necessidade se dá porque o homem possui uma desordem interior que o constitui em certa defasagem para com suas faculdades espirituais. Por si só o homem não é capaz de olhar diretamente para o bem e entendê-lo como verdadeiro, menos ainda, plenamente entregar-se por amor. É somente sob o auxílio da Graça de Deus que a pessoa humana pode realizar tais coisas. Em outras, o Sacramento do matrimônio não é uma simples instituição, é uma necessidade real para que o homem de fato corresponda com o que anseia naturalmente. Aqui, valoriza-se sobretudo a obra de redenção alcançada aos homens por Jesus Cristo, que mais do que restaurar à humanidade a ordem interior de seu ser, mostra-a como é viver em plenitude como ser humano, ressaltando a entrega de amor e comunhão.

Dessa forma, ao fim do trabalho, intenta-se ter construído uma argumentação sobre a pessoa humana que a coloca em face de Deus não de modo autossuficiente, como as propostas antropológicas modernas que reduzem o homem a ele mesmo, senão que necessitado de seu Criador, e encontrando a solução para os mais diversos dramas vividos na realidade familiar naquilo que o próprio Deus oferece ao homem.

# CAPÍTULO I

## A GAUDIUM ET SPES NO CONTEXTO DO CONCÍLIO VATICANO II

Neste primeiro capítulo, será apresentado uma breve contextualização do Concílio Vaticano II, em especial no que toca à Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, além de, no tocante a tal Constituição, percorrer pelo processo de redação e pré-redação do texto. Tendo assim, por objetivo, evidenciar historicamente a relevância da Constituição Pastoral no todo do Concílio e, principalmente, ao tocar o contexto histórico, indicar sua relevância para a vida da Igreja nos dias de hoje. Para tanto, a pesquisa se desenvolverá sobre um número específico da Constituição, um parágrafo relevante para todo o texto, sendo assim, antes de seguir para o contexto geral da *Gaudium et Spes*, faz-se necessário ter um contato primeiro com este fragmento apontado, base de toda a pesquisa:

Tudo quanto existe sobre a terra deve ser ordenado em função do homem, como seu centro e seu termo: neste ponto existe um acordo quase geral entre crentes e não crentes.

Mas, que é o homem? Ele próprio já formulou, e continua a formular, acerca de si mesmo, inúmeras opiniões, diferentes entre si e até contraditórias. Segundo estas, muitas vezes se exalta, até se constituir norma absoluta, outras se abate até ao desespero. Daí as suas dúvidas e angústias. A Igreja sente profundamente estas dificuldades e, instruída pela revelação de Deus, pode dar-lhes uma resposta que defina a verdadeira condição do homem, explique as suas fraquezas, ao mesmo tempo que permita conhecer com exatidão a sua dignidade e vocação.

A Sagrada Escritura ensina que o homem foi criado "à imagem de Deus", capaz de conhecer e amar o seu Criador, e por este constituído senhor de todas as criaturas terrenas, para as dominar e delas se servir, dando glória a Deus. "Que é um mortal, para dele te lembrares, e um filho de Adão, que venhas visitá-lo? E o fizeste pouco menos que um deus, coroando-o de glória e beleza. Para que domine as obras de tuas mãos, sob os seus pés tudo colocaste" (Sl 8,5-7).

Deus, porém, não criou o homem sozinho: desde o princípio criou-os "varão e mulher" (Gn 1,27); e a sua união constitui a primeira forma de comunhão entre pessoas. Pois o homem, por sua própria natureza, é um ser social, que não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os outros.

Como também lemos na Sagrada Escritura, Deus viu “todas as coisas que fizera, e eram excelentes” (Gn 1,31).<sup>1</sup>

Por ter como foco o conceito de pessoa na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, este fragmento será recorrentemente citado no decorrer do desenvolvimento da presente pesquisa. Sendo assim, será interpretado no decorrer do trabalho, uma vez que permeará toda a redação do texto.

Ao refletir, no decorrer da pesquisa, sobre o conteúdo central da *Gaudium et Spes*: a visão da Igreja sobre o mundo e sobre si mesma, e como ela se apresenta a ela, pretende-se entender como neste intermeio de relação Igreja-mundo, a compreensão que ela tem da pessoa ilumina mais uma vez toda a realidade humana.

---

<sup>1</sup> PAULO IV. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Vaticano, 07 de dezembro de 1965. In: DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2002. A partir daqui *Gaudium et Spes*: GS.

## 1.1. O Concílio Vaticano II

No dia 12 de outubro de 1962, na vigília de abertura dos trabalhos conciliares, Cardeal Frings, na época Presidente da Conferência Episcopal Alemã, convidou um jovem Padre, teólogo e já professor, atualmente de grande renome e de precedente fama, Padre Joseph Ratzinger, hoje o Papa Emérito Bento XVI, para que falasse aos Bispos de língua alemã sobre os problemas teológicos que enfrentariam no Concílio. O especialíssimo convite foi aceito com honra, e seguiu-se tendo por base um texto de Eusébio de Cesareia, que em 325 participou do Concílio de Nicéia, um texto que narra alguma coisa de grande expressão, apesar da simplicidade da narrativa, a respeito das sessões de seu tempo:

Vindos de todas as Igrejas da Europa, de África e de toda a Ásia, tinham-se ali reunidos os maiores servos de Deus. E uma mesma Igreja, dilatada a toda a dimensão do mundo pela graça de Deus, continha sírios, habitantes da Cilícia, fenícios, árabes e palestinos, bem como egípcios, tebanos, africanos e habitantes da Mesopotâmia. Estava igualmente presente um bispo persa. Não faltou a esse coro um cita. O Ponto e a Galícia, a Capadócia e a Ásia, a Frígia e a Panfília, tinham convidado homens seletos. Mas também ali se encontravam trácios, macedônios, aqueus e naturais do Épiro, e gente que habitava ainda mais longe; havia mesmo, entre os participantes desta assembléia, um espanhol famoso.<sup>2</sup>

Nestas palavras, Padre Ratzinger reconhece a narrativa do Pentecostes. Em verdade, o que Eusébio dizia sobre Nicéia é que havia sido um Pentecostes na vida da Igreja primitiva. Com isso, além de ler o que Eusébio de Cesaréia havia escrito um dia sobre o Concílio de Nicéia, Padre Joseph Ratzinger aplica a interpretação à intenção de João XXIII e dos Padres Conciliares: faz-se, portanto, um anúncio do Novo Pentecostes na vida da Igreja; Pentecostes a que chamamos de Concílio Vaticano II.

E assim o foi mesmo antes de sua inauguração. João XXIII fora eleito Papa em 1958, e três meses após sua eleição, no dia 25 de janeiro de 1959, numa aula capitular da abadia de São Paulo Extramuros, foi que um grupo de cardeais que ali

---

<sup>2</sup> CESAREIA, Eusebio de, *Vita Constantini*, III, 7. Apud: Roberto de Mattei, *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*, 2013, p. 13.

se encontrava e todo o mundo souberam de seu propósito de convocar um Concílio Ecumênico. Apesar do espanto e silêncio de todos os que o ouviram, o próprio Papa relatou que “o primeiro a ficar surpreendido com a minha proposta fui eu próprio.”<sup>3</sup> O que expressa, apesar de não haver registro algum em seu diário espiritual, aquela precedente citada condução do Espírito Santo, geradora do Novo Pentecostes.<sup>4</sup>

O Concílio, que fora inaugurado no dia 11 de outubro de 1962, foi dividido em quatro diferentes sessões, das quais foram promulgadas Constituições Dogmáticas, quatro ao total além de três declarações e nove decretos; contou com a participação de 2.381 Padres Conciliares. Sendo que três são as fases que dividem os textos do Vaticano II: Fase anti-preparatória (59-60); fase preparatória (60-62); fase conciliar (62-65), como previsto e programado pelo próprio Papa João XXIII.<sup>5</sup>

A primeira fase dos textos conciliares marca um grande processo de consulta a Bispos, reitores de seminários maiores, abades, etc. O que se seguiu, naturalmente, da leitura de tudo o que foi recolhido e levantamento dos principais temas levantados nos textos. Com isso, dois pontos principais surgem para sintetizar a coisa: 1. Igreja, que dizes tu de si mesma? (*Ad Intra*); 2. Igreja, que dizes tu ao mundo? (*Ad Extra*). Daqui surgem os dois principais pontos a serem tratados no Concílio, e que englobam uma gama de outros que seriam subsequentemente tratados. O cerne das discussões seriam, portanto, de cunho eclesiológico, com tudo o que esse ramo teológico carrega consigo.

A segunda fase segue o que foi herdade da primeira, percorrendo sobre o que foi recolhido, cuide de elaborar textos melhor desenvolvidos em preparação para o Concílio. Nas palavras de João XXIII, ao inaugurar o Concílio, providencialmente, pode-se dizer, não tendo sido como planejado em 1961, abre-se sua primeira sessão em 1962, na festa de Nossa Senhora Mãe de Deus, consagrando-o a ela nas palavras inaugurais:

Alegra-se a Santa Mãe Igreja, porque, por singular dom da Providência divina, amanheceu o dia tão ansiosamente esperado em que solenemente se

---

<sup>3</sup> A.G. Roncalli, *Giovanni XXIII*, cit., p. 616. Apud: Roberto de Mattei, *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*, 2013, p. 101.

<sup>4</sup> MATTEI, Roberto de, *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*, 2013, p. 100-102.

<sup>5</sup> Ibid.

inaugura o Concílio Ecumênico Vaticano II, aqui, junto do túmulo de São Pedro, com a proteção da Santíssima Virgem, de quem celebramos hoje a dignidade de Mãe de Deus.<sup>6</sup>

A partir de então, inicia-se o Concílio, e como dissemos acima, em suas quatro sessões, o Vaticano foi lugar de calorosas discussões teológicas, históricas e escriturísticas. Aqueles primeiros textos escritos previamente na segunda fase não foram aceitos no início do Concílio, sob a presidência do Cardeal Ottaviani<sup>7</sup>. Nesta primeira sessão, porém, tem destaque o movimento litúrgico, afinal, a sessão se dedicou a discutir sobre a Liturgia, apesar de que o texto não foi aprovado já nesta primeira sessão.

A primeira sessão é encerrada com a morte de João XXIII, em 1963, deixando como texto aprovado apenas a *Pacem in Terris*. Sua morte, então, gera, naturalmente, um conclave, para eleição e ordenação de um novo Papa. Cardeal Montini é eleito Papa, e nessa eleição recebe o nome de Paulo VI. Sua decisão é continuar o Concílio, dando início a sua segunda sessão.

No dia 29 de setembro de 1963 abre-se a segunda sessão do Concílio Vaticano II.<sup>8</sup> Nesta segunda sessão são aprovados os textos sobre a Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*. A terceira sessão marca a aprovação de outra Constituição Dogmática, a segunda até então, *Lumen Gentium*, o que se dá pelas discussões concentradas na Igreja e na Revelação.<sup>9</sup> Na quarta e última seção, são aprovadas outras duas Constituições Dogmáticas. A *Dei Verbum*, que foi discutida em todas as seções precedentes por ter sido redigida na primeira seção; e a *Gaudium et Spes*, Constituição que para nós é tema de enfoque.<sup>10</sup>

Numa entrevista dada pelo Papa João XXIII, ainda antes do Concílio, ele pediu que um globo estivesse ao seu lado durante o pronunciamento, e neste globo havia

---

<sup>6</sup> *Discurso de abertura solene do SS. Concílio Vaticano II*, n. 1.

<sup>7</sup> “Alfredo Ottaviani (1890-1961), ordenado em 1916, secretário da Sagrada Congregação para os Assuntos Eclesiásticos Extraordinários (1928-1929) e substituto da Secretaria de Estado (a partir de 1929). Em 1935, entrou para o Santo Ofício como assessor. Feito cardeal em 1953, trabalhou com o Card. Pizzardo como pró-secretário da Suprema Congregação e, em 7 de setembro de 1959, veio a ser o secretário da mesma.” Cf. Grootaers. *I protagonisti*, pp. 195-207; Emilio Cavaterra, *Il Prefetto del Sant’Uffizio*. Apud: MATTEI, Roberto de, *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*, 2013, p. 92, nota 8.

<sup>8</sup> MATTEI, 2013, p. 241.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 309.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p.383.

quatro palavras que resumiam sua fala: *Ecclesia Christi lumen gentium*. As palavras demonstraram mais do que sua fala momentânea, mas a sua intenção com o Concílio. O Papa desejou, desde sua convocação, que um documento sobre a relação da Igreja com o mundo fosse escrito, a este documento foi dado o nome de *Gaudium et Spes*: sobre a Igreja no mundo atual.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Ibid., p. 344.

## 1.2. O processo redacional da *Gaudium et Spes*

Durante as três fases dos textos conciliares, os temas concernentes à *Gaudium et Spes* estiveram presentes. Obviamente, na fase de consultas e produção de textos indicativos para as temáticas do Concílio, apareceria em algum momento o tema da “moral social” com tudo o que ela engloba, desde a visão de homem, até suas relações nas realidades sociais.<sup>12</sup> O que puxa necessariamente o trato da Igreja com o mundo, o supracitado ‘*ad extra*’.

Um mês antes do início do Concílio, o Cardeal Suenes<sup>13</sup>, figura de grande importância para as discussões conciliares, mas sobretudo para a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, num discurso proferido, põe em circulação os temas *ad intra* e *ad extra*, distinguindo um do outro, além de valorizar o segundo, pondo-o em relevância em relação ao primeiro, por uma necessidade que enxergava na temática. Tal feito trouxe uma novidade ao Concílio, a novidade de responder ao mundo sobre as relações da igreja consigo.<sup>14</sup>

Se for possível, gostaria de, no final desta nota, exprimir um desejo: que o Concílio seja, por excelência, um Concílio pastoral, ou seja, apostólico. Que benefício imenso seria para a Igreja se ele pudesse definir, em grandes linhas, que toda a Igreja deve estar em missão, e isto a todos os níveis: leigos, religiosos, clero, bispos e congregações romanas! Que magnífica graça de Pentecostes seria para a Igreja, como esperava, com tão grande coração e tão grande esperança cristã, nosso amado Chefe!<sup>15</sup>

Desta fala, dois pontos podem ser destacados. O primeiro é que fica evidente que mesmo antes do início das discussões conciliares, a temática por detrás da *Gaudium et Spes* tem especialíssima posição. A resposta da Igreja aos anseios do mundo, onde ela está inserida, onde se posiciona como orientadora e iluminadora na

---

<sup>12</sup> SARTORI, Luigi, *La chiesa nel mondo contemporaneo*: Introduzione a la “*Gaudium et Spes*”. 1995, p. 21.

<sup>13</sup> Léon-Joseph Suenens (1904-1996), belga, ordenado em 1927. Arcebispo de Malines-Bruxelas entre 1961 e 1979, feito Cardeal em 1962, foi um dos quatro moderadores do Concílio nomeados em setembro de 1963. J. Grootaers, “*Von Johannes XXIII zu Johannes Paul II. Ein Gespräch mit Leo-Joseph Kardinal Suenens*”, in *Herder-Korrespondenz*, 34 (1980), pp. 176-182. Apud: MATTEI, Roberto de, *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*, 2013, p. 162, nota 338.

<sup>14</sup> MATTEI, Roberto de, *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*, 2013, p. 163.

<sup>15</sup> L.J. Suenes, “*Aux Origines Du Concile Vatican II*”, cit., p.8. Apud: MATTEI, Roberto de, *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*, 2013, p. 163.

Verdade, é reconhecida como necessária para ser elaborada. O segundo ponto é a condução do Espírito Santo e seu envio apostólico, como em Pentecostes, que resulta na iluminação do mundo a partir da Verdade da Fé da Igreja, tema que voltaremos a tratar mais à frente.

A redação do texto que hoje temos em mãos, neste sentido, é iniciada mesmo antes de qualquer estruturação ou esquematização desta específica Constituição. Da primeira fase de redação, surgem 70 esquemas iniciais preparados pela comissão *ad hoc*, dos quais, alguns apontamentos tocavam no tema da moral, como: “a ordem social”, “a ordem moral cristã”, “o apostolado do leigo”, etc.<sup>16</sup>

Entretanto, neste primeiro momento, não havia um referimento evidente quanto à Igreja num todo, mas somente ao apostolado dos leigos, o que torna a temática redutivista, em certo sentido, porque é parcial; sendo assim, a problemática do homem contemporâneo com todos os seus dramas ainda não aparece às claras. Estes apontamentos ficam reservados ao posterior “esquema 17”, que aparece somente na primeira sessão do Concílio.<sup>17</sup>

No início de 1963, em janeiro, aparece o primeiro trabalho de redação do chamado “Esquema 17”, quanto à “presença da Igreja no mundo moderno”. Porém, neste primeiro momento, a comissão encontra grande dificuldade em conciliar a temática com a agenda conciliar. Resultado disso foi que:

Duas subcomissões especiais foram estabelecidas imediatamente. Cada uma delas reuniu-se várias vezes, no decorrer das semanas seguintes. Uma destinava-se a analisar os conceitos bíblicos e doutrinários que informavam todo o esquema. Concordou-se que o esquema não seria uma exposição estritamente doutrinária, mas sentia-se que as noções de “Igreja”, “mundo”, etc., as referências bíblicas e uma série de pontos doutrinários exigiam uma análise mais acurada. A outra subcomissão propunha-se estudar a noção de “sinais dos tempos”, termo utilizado no documento à maneira de João XXIII, e a descrição destes “sinais”, de modo a assegurar ao documento o caráter de refletir, com suficiente universalidade, a situação do mundo inteiro, e não exclusivamente de sua parte ocidental.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> SARTORI, 1995, p. 21.

<sup>17</sup> Ibid.

<sup>18</sup> MCGRATH, Marco, G. Notas históricas sobre a Constituição Pastoral “Gaudium et Spes. In: BARAÚNA, Frei Guilherme. A Igreja no mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 1967, pp. 143-144.

Além disso, havia um segundo problema, um pouco mais comentado do que o primeiro, justamente porque era um problema com a linguagem do esquema. Sua redação, preocupado com salientar certa temática, ficou um pouco confusa ao expressar-se. Cardeal Ruffini<sup>19</sup>, sempre atento e como de costume, no Concílio, um dos primeiros a intervir, diz o seguinte:

Fala-se sete vezes da dignidade humana, sem referir a redenção. A palavra “vocaçãõ” recorre incessantemente, sem ser nunca definida, e sendo empregue em sentidos diferentes. Na mesma página, fala-se cinco vezes da luta contra a injustiça. É mais um prêdica do que uma constituição conciliar! Há mais coisas que estão mal ditas, ou que pelo menos eu não compreendo. Por exemplo, na quarta linha da página 10 diz-se que a natureza humana seguiu na sequência de uma evolução de inúmeros anos; isto não me agrada porque afirmar que a natureza humana foi preparada pela evolução é contrário à doutrina da Igreja. Na página 15, na linha 25, diz-se que os fiéis devem dar provas de inteligência e de prudência para porem à prova a sua consciência. Isto tem um fundo de “moral da situação”. O que parece que se está a dizer, afinal, é que é a consciência que deve ser a norma, quando, na verdade, a norma são os princípios da Igreja.<sup>20</sup>

Apesar de toda a dificuldade com relação ao esquema, nada impediu que caminhasse, pois como disse Cardeal Lercaro<sup>21</sup>: *“Discutamos este esquema sem demora, mas sem precipitações. Seria um erro tomar os seus defeitos como pretexto para descartar. Este texto coloca-se na linha espiritual da mensagem de Paulo VI e é suficiente para servir de base para a discussão. A experiência mostra que é só com a discussão que os esquemas melhoram.”*<sup>22</sup>

E assim o foi, apesar de ter sofrido uma pausa no processo de desenvolvimento em decorrência da morte de João XXIII. Após a retomada do Concílio, com o início da segunda sessão, à comissão foram acrescentados alguns

---

<sup>19</sup> Ernesto Ruffini (1888-1967), ordenado em 1910, nomeado arcebispo de Palermo em 11 de outubro de 1945, feito cardeal em 1946. Apud: MATTEI, Roberto de, *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*, 2013, p. 104, nota 63.

<sup>20</sup> MATTEI, Roberto de, *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*, 2013, p. 347.

<sup>21</sup> Giacomo Lercaro (1891-1976), ordenado em 1914. Arcebispo de Bolonha entre 1952 e 1968, foi feito cardeal em 1953. Em 1963, foi nomeado por Paulo VI um dos quatro moderadores do Concílio. Apud: MATTEI, Roberto de, *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*, 2013, p. 92, nota 11.

<sup>22</sup> AS, III/5, pp. 223-226. Apud: MATTEI, Roberto de, *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*, 2013, p. 347.

peritos, para que houvesse continuidade nos trabalhos de desenvolvimento do esquema.<sup>23</sup>

No dia 3 de julho de 1963, após várias reuniões da comissão, o esquema foi apresentado ao Papa Paulo VI, que finalmente o aprovou. O esquema possuía 29 páginas, às quais foram acrescentadas um suplemento de 57 páginas, que seria distribuído aos Padre Conciliares em 30 de setembro de 1964, na terceira sessão. A este esquema aprovado, chamamos “Esquema 13”, adjetivado por Alberigo como “o primeiro banco de ensaio da capacidade da Igreja para dialogar com o mundo”<sup>24</sup>.

A terceira sessão deu origem a um esquema chamado “vedete”, que começava justamente com as palavras *Gaudium et Spes*, como foi aprovado na redação final da Constituição: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje...”; a este documento, Padre Congar chamou “a terra prometida do Concílio”<sup>25</sup>.

No mês de Fevereiro de 1965, de Ariccia, cidade italiana na região de Lácio, província de Roma, vem como resultado um trabalho chamado de “documento de Ariccia”. O fruto deste trabalho é o definitivo que viria a ser apresentado. Neste mesmo ano de 1965, está em curso a quarta e última sessão do Concílio, onde seria apresentado e aprovado a última versão da Constituição, intitulada *Gaudium et Spes*, documento de 93 números, dividido em duas partes, uma primeira a tratar de fundamentar teologicamente o tema, cuidando de dar cabo de uma antropologia a ser aplicada à vocação do homem com relação a Igreja (GS 11-45); e uma segunda parte a tratar dos conteúdos de temática pastoral, cuidando de dar cabo de alguns temas importantes para a Igreja dos anos 60 (GS 46-90).<sup>26</sup>

Uma introdução foi acrescentada ao documento (GS 1-10) que, de modo geral, apresenta a Igreja como estando unida a toda família humana e não a parte de sua realidade (1-3) e o que diz respeito à realidade do ser pessoa humana na contemporaneidade (4-9). No fim do texto, ainda, uma conclusão geral (GS 91-92) foi

---

<sup>23</sup> MATTEI, 2013, p. 345.

<sup>24</sup> G. Alberigo, *Breve Storia del Concilio*, cit., p. 113. Apud: MATTEI, Roberto de, *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*, 2013, p. 345.

<sup>25</sup> Fesquet, *Diário*, p. 392. Apud: MATTEI, Roberto de, *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*, 2013, p. 346.

<sup>26</sup> SARTORI, 1995, p. 22-24.

elaborada, no intuito de falar às igrejas particulares e seus fiéis, chamando a atenção para o diálogo com toda a sociedade.<sup>27</sup>

Neste sentido, o documento faz valer a sua intenção *ad extra*, expondo-se ao mundo como salvadora e concretizadora dessa salvação, o que quer dizer que Ela não simplesmente se auto afirma, mas compromete-se com a transformação das realidades humanas, sempre iluminada pela Divina Providência. Este caminho desenvolve-se por método dialógico, que tem por base:

[...] a encarnação de Jesus Cristo, pois leva em conta a natureza humana concreta assumida por Cristo [...] parte de uma aproximação fenomenológica da realidade, onde se estabelece os desafios presentes no mundo e que, por extensão se apresentam à Igreja [...] recolhe-se os dados da realidade oferecidos pelas diversas ciências humanas, como a filosofia e a sociologia [...] para, finalmente, examiná-los à luz do Evangelho de Jesus Cristo. Com isto, se está diante de um método indutivo e não dedutivo, que estabelece uma interação entre o ser humano, o mundo e o ensinamento de Cristo.<sup>28</sup>

A partir deste método dialógico, a Constituição não lança mão de dialogar com as diversas ciências para melhor responder aos questionamentos que lhe são propostos. Dessa forma, aproveita-se da “antropologia que possibilita a compreensão da cultura hodierna, da psicologia que propicia reconhecer a profundidade da existência humana e da história, que compreende o dinamismo temporal dos acontecimentos humanos”<sup>29</sup>. Nesse sentido, é indispensável para o método teológico da Constituição pensar a partir da antropologia, psicologia e história, para que se possa construir um diálogo bem fundamentado com o mundo contemporâneo.

Apesar de reconhecer o progresso da humanidade, há que se considerar os regressos. Sua fala não deixa de ser firme em relação ao que tem de ser desenvolvido e bem fundamentado. O documento conclui:

O mundo atual apresenta-se assim, simultaneamente poderoso e débil, capaz do melhor e do pior, tendo patente diante de si o caminho da liberdade ou da

---

<sup>27</sup> SARTORI, 1995, p. 24-25.

<sup>28</sup> HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no Mundo de Hoje. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. As Constituições do Vaticano II – ontem e hoje. Brasília: Edições CNBB, 2015, p. 243.

<sup>29</sup> GONÇALVES, 2015, p. 398.

servidão, do progresso ou da regressão, da fraternidade ou do ódio. E o homem torna-se consciente de que a ele compete dirigir as forças que suscitou, e que tanto o podem esmagar como servir (GS 9).

A identificação dessas realidades são instrumentos para que o documento possa dar cabo de afirmar que tudo quanto diz respeito à realidade humana se encerra no Mistério de Jesus Cristo. Portanto, a Pessoa de “Jesus Cristo, morto e ressuscitado por todos (5), oferece aos homens pelo seu Espírito a luz e a força para poderem corresponder à sua altíssima vocação” (GS 10). Somente em Cristo pode-se entender o que é ser pessoa, e como viver plenamente como Imagem e Semelhança de Deus, assumindo a Filiação Divina que Ele nos concede.

[...] só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente o mistério do homem [...] Porque, pela sua encarnação, ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem. Trabalhou com mãos humanas, pensou com uma inteligência humana, agiu com uma vontade humana, amou com um coração humano. Nascido da Virgem Maria, tornou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, exceto no pecado. Cordeiro imolado, mereceu-nos a vida com a livre efusão do seu sangue; nele Deus nos reconciliou consigo e uns com os outros e nos arrancou da escravidão do demônio e do pecado (GS 22).

A *Gaudium et Spes* entende que a salvação, dom de Deus, alcança o homem através da Pessoa de Nosso Senhor Jesus Cristo, neste sentido, é através de Jesus que se entende quem é o homem e qual seu destino; o que quer dizer que a natureza, que é a essência na ordem do agir, da pessoa humana é iluminada pela Encarnação do Verbo de Deus. Ou seja, a resposta do que é ser homem e como ser homem na vida ativa, encontram-se na pessoa de Jesus Cristo.

Aqui culmina o processo redacional da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, e alguns aspectos gerais de sua redação, resultado de um longo processo de discussão que, pode-se dizer, percorreu todo o Concílio, e sem dificuldade alguma, encontrou certa centralidade no que diz respeito a responder ao mundo, como voz da Igreja, Mãe e Mestra, às angústias apresentadas por ele.

Em tudo isso, de modo simples e profundo, a voz da Igreja, através da Constituição quer apresentar ao mundo que sua preocupação e cuidado está para ele, para que seja iluminado por Nosso Senhor Jesus Cristo e sua Palavra e

direcionado para Ele. Dando atenção ao diálogo, o documento entende as confusões do homem moderno, busca explicá-las à luz da Fé, dando margem à esperança e compreensão da Verdade Revelada. Deste modo, o processo redacional da Constituição não se encerra, mas faz-se desvendar num panorama geral, em seu longo processo redacional enquanto documento oficial do Magistério da Igreja.

### 1.3. Os fundamentos Teológicos da *Gaudium et Spes*

Um dos aspectos fundamentais para o Concílio Vaticano II se encontra em sua linguagem, seu modo de comunicar a si mesma e ao mundo aquilo que tem discutido e formulado, dando base para o pensamento eclesial contemporâneo. Neste sentido, os líderes do Concílio “*compreenderam muito bem que, tendo-se autoproclamado um concílio pastoral, o Vaticano II era, precisamente por isso, um concílio docente [...]. O estilo discursivo do Concílio era o meio, mas o meio comunicava a mensagem*”<sup>30</sup>. Ou seja, de modo pedagógico, o Concílio cuida de coerentemente adequar o meio à sua finalidade.

No que diz respeito à *Gaudium et Spes*, para efetivamente fazer valer o seu meio, posteriormente descrito, o método de que se utiliza a Constituição é dialógico. A palavra encerra em si conotação de diálogo, duas partes que se encontram e conversam, uma conversa que possui um início e um fim. Parte-se de um princípio, e tenta-se chegar a uma resposta final através do que as partes vão apresentando no decorrer da conversa. O que significa, desde já, que a Constituição, ao tentar responder ao mundo sobre si mesma em relação a ele, toma do mundo mesmo o que ele tem a dizer, e ao longo dos séculos tem apresentado, para que sua Teologia contribua com o ambiente em que a Igreja foi colocada por seu Divino Fundador.

Sendo assim, dialogicamente, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, inicia seu texto tentando participar da realidade do ser humano, mostrando como a Igreja não está à margem do que diz respeito à pessoa, mas justamente por ser composta de homens está mais do que inserida na realidade humana, é parte importantíssima até mesmo de sua transformação.

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para a comunicar a todos.

---

<sup>30</sup> J.W. O' Malley, *Che cosa è successo nel Vaticano II*, op. cit., p.314. Apud: MATTEI, Roberto de, *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*, 2013, p. 20.

Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao género humano e à sua história (GS 1).

O Cristo que se fez homem, portanto, não deixa desamparado em nada essa realidade humana, senão que se insere nela de tal forma que seus membros, a Igreja, permanecem a cada instante da história dentro desta realidade, como aproximadora dos homens ao coração de Jesus Cristo.

Até aqui fica claro o intento por detrás do método adotado pela Constituição: através do diálogo com o ser humano, mostrar que a Igreja é parte constituinte de sua realidade, e mais do que isso, além de parte constituinte, age de modo a elevar os homens para além de seus dramas, justamente por tomar para si estes dramas e dar um caminho a ser percorrido. A Constituição Pastoral faz jus, portanto, ao nome que carrega, é essencialmente pastoral, e não abandona em nenhum momento seu aspecto prático de iluminar a vida dos homens.

Por isso, o Concílio, testemunhando e expondo a fé do Povo de Deus por Cristo congregado, não pode manifestar mais eloquentemente a sua solidariedade, respeito e amor para com a inteira família humana, na qual está inserido, do que estabelecendo com ela diálogo sobre esses vários problemas, aportando a luz do Evangelho e pondo à disposição do género humano as energias salvadoras que a Igreja, conduzida pelo Espírito Santo, recebe do seu Fundador. Trata-se, com efeito, de salvar a pessoa do homem e de restaurar a sociedade humana. Por isso, o homem será o fulcro de toda a nossa exposição: o homem na sua unidade e integridade: corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade (GS 3).

O objetivo apresentado pelo documento, apresentado no número supracitado é, portanto, “*salvar a pessoa do homem e restaurar a sociedade humana*”. Esta é a mensagem essencial da Constituição. Sendo assim, sua segunda parte, que como dissemos, é de cunho pastoral<sup>31</sup>, tratará de aprofundar, respectivamente, sobre o tema da família até chegar na perspectiva universal de paz para a humanidade. O que se segue a isto diz respeito à cultura, que precede os temas da economia e da política.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> 1.2. O processo redacional da *Gaudium et Spes*, p. 20.

<sup>32</sup> SARTORI, 1995, p. 25.

Antes de chegar à prática, porém, fez-se necessário fundamentar o que seria tratado na segunda parte, e esta é, obviamente, a primeira. Sua função, no texto, é cuidar de fundamentar a antropologia cristã, em face ao que é apresentado pelo mundo. O cume de seu discurso antropológico, iniciado no capítulo quatro, se dá no número 39, o único momento verdadeiramente cristológico de todo o Concílio.<sup>33</sup> Portanto, o que se acaba por fazer na Constituição Pastoral é fundamentar antropologicamente a Teologia católica, intentando de iluminar a definição de homem a partir de Jesus Cristo, porque “*Na realidade, o mistério do homem só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente*” (GS 22).

[...] o quarto capítulo traça as conclusões das bases estabelecidas pelos três anteriores, e assim delinea globalmente a nova forma de relacionamento com o homem e com o mundo que a Igreja pretende assumir; portanto, é o capítulo que atua como uma dobradiça entre a primeira e a segunda parte: é o verdadeiro centro da *Gaudium et Spes*.<sup>34</sup>

O que quer dizer, claramente, que a definição de homem, iluminada pela Pessoa de Jesus Cristo, ou seja, pela cristologia, é a base de toda a realidade da vida ativa do homem. Nesse sentido, definimos o fundamento elaborado pela *Gaudium et Spes* como sendo uma teologia da antropologia cristológica. Ou seja, é dizer que toda a reflexão antropológica adotada aqui, mais do que filosoficamente introduzir o que é “o homem na sua unidade e integridade: corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade” (GS 3), a Constituição articula esses fundamentos como sendo plenamente exercidos em Jesus Cristo, e através dele, perfeitamente compreendidos e passíveis de perfeita operação, segundo o ser mesmo de Cristo.

Fica claro, com isso, o meio e o objeto a que o Concílio, através da *Gaudium et Spes*, deseja iluminar: através de uma antropologia bem estabelecida e fundamentada na Pessoa de Jesus Cristo, a Constituição Pastoral projeta as bases de resposta a todos os dramas e humanos e de transformação de cada uma de suas

---

<sup>33</sup> Ibid.

<sup>34</sup> “*Invece il capitolo quarto trae le conseguenze delle basi poste dai tre precedenti, e così tratteggia globalmente la nuova forma di rapporto con l'uomo e con il mondo che la chiesa intende assumere; quindi è capitolo che fa da cerniera tra la Prima e la Seconda parte: è il vero centro della Gaudium et Spes*”. (SARTORI, Luigi, *La chiesa nel mondo contemporaneo: Introduzione a la “Gaudium et Spes”*. 1995, p. 25).

realidades, seja família, cultura, economia ou política. E tudo isso chama, ainda, uma finalidade última que a Constituição define da seguinte forma:

Tudo o que, tirado dos tesouros da doutrina da Igreja, é proposto por este sagrado Concílio, pretende ajudar todos os homens do nosso tempo, quer acreditem em Deus, quer não. O conheçam explicitamente, a que, conhecendo mais claramente a sua vocação integral, tornem o mundo mais conforme à sublime dignidade do homem, aspirem a uma fraternidade universal mais profundamente fundada e, impelidos pelo amor, correspondam com um esforço generoso e comum às urgentes exigências da nossa era (GS 91).

Bem explica Gustave Martelet: “*Portanto, se Gaudium et Spes representa uma certa renovação dos sinais do amor, é que o Concílio reconhece sinceramente o valor autêntico do homem e do seu mundo, denuncia sem arrogância as destruições possíveis e manifesta assim o sentido que possui da humanidade integral.*”<sup>35</sup> O que significa que o Concílio em momento algum condena o processo de mutação histórica pelo qual passa a humanidade, ao contrário, reconhece o valor que possui a construção do homem sobre as realidades que lhe circundam e dizem respeito a seu ser, além disso, denuncia, como deve fazer, aquilo que não corresponde à essência de ser pessoa, porque são nocivos a quem é o homem, e com isso manifesta o sentido da integralidade da pessoa, como só a Igreja é capaz de apresentar.

Sendo assim, a finalidade última da Constituição Pastoral, seguindo este itinerário de aprofundamento do meio, fixação dos princípios e aplicação dos fundamentos a modo iluminador das realidades da pessoa integral, só pode ser explicitar a vocação última e integral do homem, para que, com isso, todo o entorno das dimensões humanas sejam iluminadas por essa mesma vocação, a ela se devotem e a sigam um caminho, árduo ou não, de transformação de tudo quanto precisa ser ordenado ao que há de mais elevado no homem: seu ser Imagem e Semelhança de Deus (GS 12), a modo de filho através do Filho (GS 22).

Tendo descrito, portanto, os fundamentos teológicos da *Gaudium et Spes*, que vão desde uma antropologia cristológica, das realidades sociais e relacionais que

---

<sup>35</sup> MARTELET S.J., Gustave, *As linhas mestras do Vaticano II*, Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, 1969, p. 120. Tradução portuguesa de: *Les Idées Maîtresses De Vatican II*, Desclée de Brouwer, Paris, 1966.

entornam o homem e os sinais dos tempos, cabe aprofundar o específico do presente trabalho, investigar atentamente o tema da antropologia, intentando definir o homem que emerge das discussões do Concílio, através do presente documento, especificamente no número 12.

# CAPÍTULO II

## A ANTROPOLOGIA EMERGENTE DA *GAUDIUM ET SPES*

Neste segundo capítulo, encontra-se o cerne do presente trabalho, um comentário e aprofundamento dos temas principais que são destacados no número 12 da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Num primeiro momento, investiga a complexidade do ser pessoa, por este motivo, busca fundamentos antropológicos fortes para apresentar “a verdadeira condição do homem” (GS 12), tentando de responder a respeito de sua vocação última e sua dignidade de pessoa.

Mas, que é o homem? Ele próprio já formulou, e continua a formular, acerca de si mesmo, inúmeras opiniões, diferentes entre si e até contraditórias. Segundo estas, muitas vezes se exalta até se constituir norma absoluta, outras se abate até ao desespero. Daí as suas dúvidas e angústias. A Igreja sente profundamente estas dificuldades e, instruída pela revelação de Deus, pode dar-lhes uma resposta que defina a verdadeira condição do homem, explique as suas fraquezas, ao mesmo tempo que permita conhecer com exactidão a sua dignidade e vocação (GS 12).

Após a primeira apresentação sobre o ser pessoa, o segundo passo do capítulo é aprofundar do tema da *Imago Dei*, seguindo a estrutura do número 12 da Constituição, e por ser Imagem e Semelhança de Deus é capaz de Deus (*Capax Dei*), capaz de conhecê-LO e amá-LO.

A Sagrada Escritura ensina que o homem foi criado «à imagem de Deus», capaz de conhecer e amar o seu Criador, e por este constituído senhor de todas as criaturas terrenas (1), para as dominar e delas se servir, dando glória a Deus (2). “Que é, pois, o homem, para que dele te lembres? ou o filho do homem, para que te preocupes com ele? Fizeste dele pouco menos que um anjo, coroando-o de glória e de esplendor. Estabeleceste-o sobre a obra de tuas mãos, tudo puseste sob os seus pés” (Salmo 8, 5-7). (GS 12).

O último e conclusivo momento do capítulo, ao recolher o que lhe precede, busca responder e aprofundar o tema da comunhão de pessoas, tendo por base o

fato de ter sido criado “homem e mulher” (Gn 1,27), e por este motivo, destinado à complementaridade, como Deus o quis desde o princípio.

Deus, porém, não criou o homem sozinho: desde o princípio criou-os “varão e mulher” (Gen 1,27); e a sua união constitui a primeira forma de comunhão entre pessoas. Pois o homem, por sua própria natureza, é um ser social, que não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os outros (GS 12).

## 2.1. A complexidade da pessoa humana

No século XII, Santo Tomás de Aquino<sup>36</sup> escreveu diversos textos conciliadores entre filosofia e teologia, indissociáveis uma da outra, aliás, para ele, sem dúvida alguma, a filosofia foi um grande instrumento de aprofundamento teológico. Todos os seus escritos deixaram importantes princípios filosóficos que servem de base para o pensamento não só da Igreja, mas universal. Sua *Summa Contra Gentiles* inicia com o seguinte princípio:

Não se pode ter o perfeito conhecimento de uma coisa a não ser que se conheça a sua operação. Com efeito, do modo e da espécie da operação se avalia a medida e a qualidade da potência<sup>37</sup>, já a potência mostra a natureza da coisa; segundo isso, qualquer coisa está destinada a operar o que em alto lhe cabe por tal natureza.<sup>38</sup>

O princípio apresentado pelo Aquinate quer dizer que nada se conhece a não ser por sua operação, ou seja, o modo de agir de determinada coisa expressa aquilo o que ela é, entretanto, não qualquer agir, o agir de acordo com sua natureza. À medida em que determinado ser busca seu fim, as suas operações expressarão o seu ser.

Este primeiro princípio puxa um segundo: “todo que age, age em função de um fim”<sup>39</sup>. O que prova aquele primeiro no sentido de que toda operação visa sua

---

<sup>36</sup> São Tomás de Aquino nasceu entre janeiro e março de 1225 e faleceu no ano de 1274, a 7 de março. # Foi Frade Dominicano, membro da Ordem dos Pregadores. Importante expoente da escolástica católica. Um grandioso estudo, tendo por base diversos biógrafos de Santo Tomás, sejam eles modernos ou mesmo contemporâneos do frade dominicano, foi elaborado por Jean-Pierre Torrell, que temos em português, traduzido pela Loyola: TORRELL, Jean-Pierre, *Iniciação a Santo Tomás de Aquino*. Sua pessoa e sua obra, São Paulo: Loyola, 2ed., 2004. Ver principalmente cap. I e XIV.

<sup>37</sup> Potência, aqui, não possui o significado que lhe atribua a metafísica, o texto talvez expressaria bem seu significado pelo simples uso da palavra “força” a traduzir “*virtus*”, palavra usada por Tomás no texto original latino.

<sup>38</sup> “*Rei cuiuslibet perfecta haberi non potest nisi eius operatio cognoscatur. Ex modo enim operationis et specie mensura et qualitas virtutis pensatur, virtus vero naturam rei monstrat: secundum hoc enim unumquodque natum est operari quod actu talem naturam sortitur.*” (*Summa Contra Gentiles*, I, l. p. 15).

<sup>39</sup> “*Omne agens agit propter finem*” (*S. Th.* I-II, q. 94, a. 2c).

finalidade, e nesse sentido, o operar em vista de sua finalidade expressa o ser do operante.

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, parece levar à sério este princípio de dois modos ao dizer que “tudo quanto existe sobre a terra deve ser ordenado em função do homem, como seu centro e seu termo: neste ponto existe um acordo quase geral entre crentes e não-crentes” (GS 12). O primeiro modo está no fato de que reconhece a finalidade de todas as coisas como sendo operar em função do homem, ou seja, a natureza de toda a criação, por ser inegavelmente inferior à do homem, deve servir-lhe, sendo assim, sua finalidade é o serviço à natureza humana, o que é revelado por sua operação.

Em segundo lugar, indiretamente resgatando o princípio de perfeito conhecimento por meio da operação, o Concílio concorda “crentes e não-crentes” no fato de que o modo de operar da pessoa humana revela sua superioridade a todas as outras criaturas.

A argumentação do Aquinate continua:

É, porém, dupla a operação da coisa, como ensina o Filósofo<sup>40</sup>: uma, que permanece no próprio operante e é perfeição<sup>41</sup> dele, como sentir, entender, querer; outra, que passa para o exterior, e é perfeição do efeito, que por ela é realizado, como aquecer, cortar e edificar.<sup>42</sup>

Tomás de Aquino, então, está dizendo que há dois modos de operar, portanto, duas formas de se encontrar com a natureza do operante; o primeiro modo se encerra no próprio operante, uma operação, portanto, imanente e que necessariamente são imateriais, portanto não fenomenológicas. O sentir, como o Santo cita de exemplo resume bem a coisa, levando em consideração que o experimentar certo estado emocional, não se sabe ao certo se o sujeito está dentro de determinado estado ou se aquilo está dentro dele, mas se tem certeza que é uma operação imanente e se

---

<sup>40</sup> Aristóteles (384-322 a.C.), em *Metafísica* IX, 8, 1050a, 23b, 2.

<sup>41</sup> O termo “perfeição” significa pleno exercício de tal capacidade. Por exemplo, uma perfeição do fogo é aquecer, porque uma de suas capacidades é o aquecimento.

<sup>42</sup> “*Est autem duplex rei operatio, ut Philosophus tradit, in IX Metaphysicae: una quidem quae in ipso operante manet et est ipsius operantis perfectio, ut sentire, intelligere et velle; alia vero quae in exteriorem rem transit, quae est perfectio facti quod per ipsam constituitur, ut calefacere, secare et aedificare*” (*Summa Contra Gentiles*, I, I. p. 15).

encerra naquele sujeito específico. O segundo modo, porém, é exteriorizado, como resultado do efeito de suas causas, por exemplo, em Deus, conceder o existir às coisas é perfeição de seu efeito criador.

Portanto, a primeira das ditas operações, como simples perfeição do operante, requer para si o nome de “operação” ou também de “ação”; já a segunda, por ser perfeição do efeito, toma o nome de “feitura” e daí são ditas “manufaturas” aquelas coisas que, por tal ação, são realizadas pelo artífice.<sup>43</sup>

O Aquinate neste ponto introduz o tema das faculdades, ou seja, das capacidades operativas dos seres, que no homem possui estes dois graus, faculdades de operação imanentes e faculdades de operação transitiva ou exteriores. O que evidentemente conduz ao tema da complexidade da pessoa humana.

O homem foi complexamente debatido ao longo dos séculos de diversas formas, que por vezes são contraditórias, mas que sempre buscaram definir o homem enquanto um ser existente. Porém, os resultados dessas investigações foram em diversos momentos frustrantes, pelo fato de que são reducionistas, e o reduzir o homem a um aspecto ou outro causa necessariamente certa angústia.

Na virada para a modernidade, por exemplo, a compreensão de homem se baseava no racionalismo puro, especificamente na figura de Descartes<sup>44</sup>, que institui a chamada *dúvida cartesiana*, que põe à prova toda a realidade, confiando piamente em sua razão, o que significa que a materialidade do ser humano passa a ser desprezada, pois é duvidosa, os sentidos são duvidosos, ou seja, a razão deve analisar, pôr à prova e julgar.

Assim, porque os nossos sentidos às vezes nos enganam, quis supor que não havia coisa alguma que fosse tal como eles nos levam a imaginar. E porque há homens que se enganam ao raciocinar, mesmo sobre os mais simples temas de geometria, e neles cometem paralogismos, julgando que eu era tão sujeito ao erro quanto qualquer outro, rejeitei como falsas todas as razões que

---

<sup>43</sup> “*Prima igitur dictarum operationum, tanquam simplex operantis perfectio, operationis vindicat sibi nomen, vel etiam actionis; secunda vero, eo quod sit perfectio facti, factionis nomen assumit; unde manufacta dicuntur quae per actionem huiusmodi ab artifice in esse procedunt*” (*Summa Contra Gentiles*, I, I. p. 15).

<sup>44</sup> René Descartes (1596-1650), foi um filósofo francês renascentista, influenciou o pensamento do Iluminismo. Um dos precursores do movimento tecnicista da modernidade.

antes tomara como demonstrações. E, finalmente, considerando que todos os pensamentos que temos quando acordados também nos podem ocorrer quando dormimos, sem que nenhum seja então verdadeiro, resolvi fingir que todas as coisas que haviam entrado em meu espírito não eram mais verdadeiras que as ilusões de meus sonhos. Mas logo depois atentei que, enquanto queria pensar assim que tudo era falso, era necessariamente preciso que eu, que o pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade - *penso, logo existo* - era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos cépticos não eram capazes de a abalar, julguei que podia admiti-la sem escrúpulo como o primeiro princípio da filosofia que buscava.<sup>45</sup>

Ao texto do filósofo três coisas podem ser consideradas. A primeira deve-se à sua consideração sobre os sentidos. Ele vê nos sentidos algo de enganoso, portanto, o acesso à realidade através deles deve ser banido, visto que podem atrapalhar no conhecer as coisas como são, portanto, os sentidos são imediatamente descartados. Sendo assim, essa primeira consideração resume-se em ignorar em totalidade o que se nos é apresentado pelos sentidos, pois eles são enganosos.

O segundo ponto dá-se ao fato de que a própria capacidade racional é, também ela, descartada, pois erros podem ser cometidos através da razão, sendo assim, não se pode assegurar a existência na racionalidade, ela é, pois, enganosa. Tudo o que lhe diz respeito é rejeitado como falso.

Em terceiro lugar, Descartes apresenta o pensar como única segurança de garantia do existir, porque, segundo ele, cada ato de descarte do que foi precedido em sua reflexão é assegurado por uma única operação, que é o pensar. O fato de pensar, e por ele duvidar, garante o existir daquele sujeito pensante que se coloca em postura duvidosa em relação a tudo quanto se lhe é apresentado.

Pois bem, o problema resultante do pensamento do filósofo se dá no, como diz o Concílio através da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, exaltar o homem até constituí-lo como norma absoluta de tudo (GS 12). Isto é feito, justamente por colocar a existência à mercê do pensar, o que significa dizer que a experiência de mundo subjetivo possui maior valor do que a realidade como ela se impõe, e isso justamente

---

<sup>45</sup> DESCARTES, René, *Discurso do método*, SP: Martins fontes, 3ª Ed. 2001, p. 37-38. Tradução original: *Le Discours de la Méthode*, 1989.

porque os sentidos enganam quanto ao que sentem. Que isso quer dizer? Que cada sujeito pode conceber a realidade como pensar, porque esta lhe garante o existir.

Apesar da negatização dos sentidos, da razão e supervalorização do pensar, René Descartes, deixa claro que o homem é imbuído de dimensões. Por mais que as descarte como inválidas diante do pensar, única garantia do existir, são apresentadas como existentes, como componentes da natureza da pessoa humana. O que quer dizer que, a pessoa humana possui sentidos, possui uma razão, possui uma capacidade de se relacionar com o mundo exterior, o conhecer e se relacionar com os outros seres, e além disso, é um ser psíquico, porque possui emoções, sensações, uma personalidade própria.

Até aqui, temos visto o quão complexo é a pessoa, apesar de terem sido elaborados princípios filosóficos que asseguram o pensar sobre o homem, ainda assim, fica provado que, por diversas vezes, certa obscuridade sobre sua vocação e fim último, sobre como se dá sua superioridade sobre toda a criação e em que grau isso é realmente alcançado e qual a sua verdadeira dignidade. Por isso, cabe agora adentrar nos meandros de uma definição mais precisa sobre o que é o homem, em que consiste sua superioridade sobre a criação e qual a sua dignidade.

## 2.2. O homem criado à imagem de Deus

A Igreja, através da GS deseja retomar algo que deve colocar em ordem toda a confusão a respeito do ser humano: o fato de que ele é criado à imagem e semelhança de Deus. Desse modo, a Constituição pastoral resgata um tema Bíblico fortíssimo e que é pano de fundo para construir uma antropologia sólida e que responda às ânsias mais profundas da pessoa humana.

Deus disse: “Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança, e que eles dominem sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra”.  
Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele os criou, homem e mulher o criou. (Gn 1, 26-27).

O ato criador de Deus, ao dirigir-se ao homem, parece fazê-lo de modo completamente diverso daquele feito em relação a todas as outras criaturas. O homem recebe de Deus um lugar especial na criação, afinal, ele é chamado de imagem e semelhança de Deus. É a este lugar especial do homem que o Concílio se remete. Retomando o fato de que, sim, ao homem todas as coisas são ordenadas, mas não como por vezes foi confusamente pensado, colocando-o como artífice da realidade, mas a humanidade possui características especiais, que a fazem estar diante da realidade de um modo diverso, mas esse modo diverso está ligado ao fato de que o homem é criado para estar diante de Deus, “capaz de conhecer e amar seu o criador” (GS 12).

Seguindo a herança conciliar e ajudando-nos a compreender aquilo que diz respeito ao homem sob a perspectiva Bíblica da criação, o Papa João Paulo II, no dia 12 de setembro de 1979, faz uma catequese pública que entraria no conjunto das 133 catequese que foram intituladas por ele de “O amor humano no plano divino”, que passaram a ser conhecidas simplesmente como “Teologia do Corpo”. Nesta catequese específica, encontramos um conteúdo antropológico forte sobre o fato do homem ter sido criado à imagem e semelhança de Deus:

Embora o homem esteja tão intimamente ligado ao mundo visível, a narrativa bíblica não fala de sua semelhança com o resto das criaturas, mas somente com Deus (“Deus criou o homem à sua imagem, criou-o à imagem de Deus”). No ciclo dos sete dias da criação, manifesta-se evidentemente uma gradualidade nítida; o homem, pelo contrário, não é criado segundo uma sucessão natural, mas o Criador parece deter-se antes de o chamar à existência, como se tornasse a se recolher em si mesmo, para tomar uma decisão: “Façamos o homem à nossa imagem, à nossa semelhança”. (*Teologia do Corpo*, 2,3).

O homem, seguindo essa perspectiva, possui uma grandeza que está ligada ao fato de que ele é colocado desde o princípio diante de Deus, não em face da realidade visível. Estar em face de Deus coloca-nos, portanto, diante de um princípio a ser desenvolvido a fim de encontrarmos uma antropologia forte e condizente com o que até agora temos dito.

Santo Tomás de Aquino, diante de tal fato, atribui à natureza humana duas faculdades essenciais, às quais estão ligadas diretamente ao tema da imagem e semelhança de Deus. Henrique de Lima Vaz escreve:

O tema bíblico do homem *imagem de Deus* é tratado por Sto. Tomás em contexto *teológico*. Ele supõe, no entanto, uma filosofia do homem em sua relação com Deus que tem como tema fundamental a ideia de *perfeição* relativa do homem participante da perfeição absoluta de Deus, da qual decorre a capacidade de conhecer a verdade e de agir moralmente segundo o bem. (*Antropologia Filosófica*, p. 73).

Em primeiro lugar, investiguemos a questão da moralidade. Diferente de todos os outros seres criados, o homem possui uma capacidade deliberativa. Isso significa dizer que a pessoa é capaz de propor-se os passos que vai dar em direção a um fim que ele bem conhece e decide por ele, não simplesmente de modo instintivo, mas de modo livre. A essa faculdade dá-se o nome de vontade.

### 2.2.1. A Vontade

A vontade possui dois momentos, nesse sentido, um interior e outro exterior. Tal faculdade é a capacidade de inclinar-se ao bem de modo racional, ou seja, conhecer determinado bem e querê-lo à medida que o conhece, e sob esse aspecto a vontade é colocada como intimamente vinculado à razão, e isso é a interioridade

dessa faculdade. Seu aspecto exterior se dá no fato de que ela se plasma nas ações, a conduta do homem revela sua vontade.<sup>46</sup>

Encontramo-nos neste ponto com duas coisas: o homem é estritamente responsável por seus atos, justamente por ser capaz de decidi-los. E mais, essa decisão em relação a seus atos revela uma profundidade ainda maior no ser humano: ele é livre.

A liberdade se encontra na determinação da vontade. A vontade não é algo, portanto, que atua por si só, como uma espécie de instinto que simplesmente deseja e inclina a pessoa a isto ou aquilo. Por outro lado, a vontade, como dissemos, está intimamente vinculada ao exercício da razão, sendo assim, é por ele determinado. Em outras palavras, a vontade em exercício revela a liberdade humana.<sup>47</sup>

Nesse ponto, cabe uma diferenciação entre a vontade e os apetites. Stork, ao tratar da vontade do homem, a diferencia imediatamente das emoções e sentimentos. Isso é feito porque os sentimentos não são uma parte livre da constituição humana, muito pelo contrário, são diretamente motivados pelo mundo exterior.

Os sentimentos decompõem-se em quatro elementos fundamentais. Em primeiro lugar há um objeto desencadeante e suas circunstâncias, o que significa dizer que há algo externo ao ser humano com o qual ele se depara; em segundo lugar, este determinado objeto o afeta de determinada forma sob determinadas circunstâncias, causando, assim, certa emoção ou perturbação anímica; em terceiro lugar, o resultado dessa emoção ou perturbação se dará numa alteração orgânica ou sintomas físicos, ou seja, o corpo manifestará de determinada forma que foi afetado pelo objeto; e em quarto lugar, haverá uma manifestação que se exprimirá na conduta, o que significa dizer que, diante do processo, o sujeito afetado por determinado sentimento em relação à determinado objeto irá reagir de tal ou qual forma.<sup>48</sup>

No exato momento em que a pessoa se depara com o objeto à sua frente, o que vem a ser o primeiro dos quatro momentos descritos acima, acontece algo dentro da pessoa, há uma reação afetiva, o que caracteriza o segundo momento descrito.

---

<sup>46</sup> Stork, Ricardo Ypes, *Fundamentos de antropologia: um ideal da excelência humana*. São Paulo: Instituto brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005, p. 45.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 128.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 48.

Entretanto, vale considerar que esse segundo momento se divide em dois afetos possíveis em relação ao objeto: um afeto de desejo ou, como tradicionalmente chamado, apetite concupiscível; ou um afeto de impulso, como tradicionalmente chamado, apetite irascível.<sup>49</sup> Estes dois afetos essenciais irão determinar qual o sentimento que será gerado no terceiro momento.

O apetite concupiscível é definido como o desejo pelo bem imediato. Nesse sentido, ao deparar-se com certo objeto, o indivíduo passará por uma avaliação irracional produzida dentro de si, que avaliará o objeto enquanto sendo ou não desejável, caso seja considerado desejável pelo apetite concupiscível, o sentimento que virá a ser gerado diante daquele objeto será positivo e causará inclinação do sujeito a ele.<sup>50</sup> Aqui, por exemplo, é como deparar-se com algum alimento do qual se goste muito. Imediatamente o desejo por comê-lo virá e a boca começará a salivar, preparando-se para comer aquele alimento.

O apetite irascível, por outro lado, apesar de também ter a sua origem no objeto externo à pessoa, o efeito que ele produz é diametralmente oposto ao que seria produzido pelo concupiscível. Tal apetite é definido como o impulso em direção ao bem árduo, ou em outras palavras, a repulsa de um mal imediato em função de um bem maior. A pessoa tomada pelo irascível, diante de determinado objeto, irá ter sentimentos ruins em relação àquele objeto, desejando sair de perto dele em função da conservação de um bem maior.<sup>51</sup> É como, por exemplo, deparar-se com um animal feroz diante de si. Imediatamente o irascível será ativado, o sentimento gerado será o medo e o corpo se preparará para correr.

Importante fazer tais considerações, porque a faculdade da vontade se diferencia fortemente do que foi descrito até aqui sobre os apetites. Estes afetos geradores de emoções e sentimentos são chamados apetites sensíveis, e o são justamente por compor a parte sensitiva do homem, em outras palavras, são chamados desse modo específico, porque eles dizem respeito à realidade material da pessoa humana e são afetados pelo mundo exterior sem necessariamente a pessoa fazer uma deliberação. Não são discutidos, não são parte da liberdade humana, mas fluem conforme a pessoa se depara com mundo exterior. Por outro

---

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p.34.

lado, a liberdade faz outro caminho. Ela é chamada de faculdade intelectual, ou seja, capacidade operativa que corresponde ao exercício da inteligência. Sendo assim, a vontade só pode querer aquilo que o homem conhece intelectualmente, não aquilo que ele teve um simples contato sensitivo. A vontade em seu exercício é a liberdade do homem.<sup>52</sup> “Nós somos livres, não apesar de, mas por causa de nossa natural inclinação à verdade e à beatitude”<sup>53</sup>

No presente momento, encontramos-nos com duas dimensões da experiência humana: a dimensão sensitiva, composta pelo psiquismo na pessoa humana, e com sua dimensão espiritual, aquilo que faz do homem imagem e semelhança de Deus. A continuação da investigação agora deve seguir a faculdade espiritual que determina a vontade, àquela a qual dissemos que a vontade está ligada e que faz dela livre dos impulsos afetivos: a inteligência.

### 2.2.2. A Inteligência

É inegável que o homem possui uma vida interior marcada por reflexões a respeito daquilo que conhece, relacionando-se e experienciando o mundo exterior. Essa vida interior, apesar de possuir fortes características racionais, o que marca o exercício da inteligência está sobretudo na sua expressão, no momento em que o homem intenta expressar aquilo que se passa na vida exterior. Isso acontece através da linguagem.<sup>54</sup>

A linguagem é o modo propriamente humano de comunicar tudo aquilo que se passa na vida interior, ela é uma elaboração da nossa inteligência e que possibilita a pessoa humana fazer com que o outro conheça o que se passa dentro de si e quem essa pessoa específica é.<sup>55</sup> Desse modo, abre-se diante do homem uma capacidade que é própria de sua dimensão espiritual: o inteligir a realidade fora de si, elaborar raciocínios e definições, em última instância conhecer, e comunicar tudo isso a outro.

Assim funciona a inteligência sob o aspecto de sua operação externa, quando se dá a conhecer através da comunicação. Contudo, assim como a vontade, possui

---

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>53</sup> “*We are free, not in spite of, but because of our natural inclination to truth and beatitude*” (Pinckaers, *Historical Perspective*, apud: *Aquinas and the Theology of the Body*, p.23).

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 40.

algo de interior e anterior à sua exposição. E essa parte da inteligência é conhecida por seu objeto, ou seja, aquilo com o qual a inteligência irá trabalhar. E isto com o qual a inteligência trabalha, ou seja, seu objeto próprio, é a verdade. A inteligência direciona-se para a verdade.

Acima de qualquer coisa, devemos perceber justamente que as faculdades espirituais são o que colocam o homem em face de Deus, mais, são elas que o fazem semelhante a ele. Nesse sentido, relacionando as capacidades do homem com o próprio Deus, nota-se que o criador de toda a realidade, aquele que estabeleceu a verdade enquanto tal, deu ao homem a capacidade de conhecê-la.

Basílio de Cesaréia, padre e doutor da Igreja, em sua *Primeira Homilia sobre a Origem do Homem*, enquanto trata do tema da “imagem de Deus”, escreve:

Temos, efetivamente, um homem interior, e de certo modo somos duplos. Ou antes, para falar mais exatamente, somos o homem interior. O exterior não constitui meu próprio eu, mas consta o que é meu. O eu não é minha mão, mas é a parte racional de minha alma. Todavia, a mão é parte integrante do homem. O corpo, contudo, é órgão do homem, órgão da alma, mas o que constitui o homem é propriamente a alma.<sup>56</sup>

A diferenciação entre a natureza corporal e espiritual do homem é feita por Basílio, sobretudo para justificar o tema da *imagem*. E faz dessa forma porque não através da constituição biofísica que o homem é chamado imagem de Deus, mas porque é dotado de dimensão espiritual. O que faz do homem ser homem não é a materialidade, o corpo, senão o espírito.

Nisso consiste o fato de o homem ser imagem e semelhança de Deus, e por isso tudo lhe foi entregue para ser por ele dominado e para que ele se sirva (GS 12). E nisto consiste certa passividade do homem em relação a Deus. Deus cria todas as coisas por sua inteligência, em contrapartida, apesar de possuir uma inteligência, no homem, ela possui certa passividade, apenas recebe a realidade à sua volta e a partir dela, opera.

---

<sup>56</sup> PATRÍSTICA 14: Basílio de Cesaréia. p. 48.

A passividade do homem diante de Deus revela-se sob esse primeiro aspecto, a capacidade de conhecer a realidade toda criada por Deus e entregue ao homem, por outro lado, há uma passividade humana em relação ao próprio Deus e quem Ele é para o homem. Este ponto consiste no fato de que o homem, por ser um ser espiritual, direciona-se para o próprio Deus, o que constitui algo de que só a pessoa humana é capaz: o homem é capaz de Deus.

### 2.2.3. Homo Capax Dei

O que marca a história da humanidade, sobretudo na perspectiva judaico-cristã, é o fato de que Deus move-se em direção ao homem. E Deus cuida de comunicar-se ao homem de modo que ele seja capaz de compreender (DV 10). Isso constitui um paradoxo humano forte: ao mesmo tempo em que a pessoa é criada para estar diante de Deus, ela não consegue fazê-lo por força própria, não é capaz de mover-se em direção, ou seja, caso Deus não se dê a conhecer, o homem não será capaz de conhecê-lo.

Como capacidades de crescimento em liberdade e perfeição, as inclinações básicas da natureza humana constituem o *capax Dei*, uma “capacidade passiva de receber a visão de Deus” (*Aquinas on Nature and Supernature*, p.362). Nosso desejo pelo bem universal e pela verdade universal, esse “desejo natural de ver a Deus”, fornece o paradoxo da graça: “a pessoa humana é ao mesmo tempo capaz e incapaz de Deus. Somos capazes de receber a visão de Deus e absolutamente incapazes de alcançar por nós mesmos” (*Aquinas on Nature and Supernature*, p.363). A graça pressupõe a natureza. E a estrutura da própria *Summa* revela que as virtudes e os dons do Espírito Santo dão às nossas inclinações naturais, e especialmente à *synderesis*, uma nova fonte de ação no cerne do nosso ser para efetivar a união com Deus pelo dom de Deus.<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> “As capacities for growth in freedom and perfection, the basic inclinations of human nature constitute a *capax Dei*, a “passive capacity to receive the vision of God” (*Aquinas on Nature and Supernature*, p.362). Our desire for the universal good and the universal truth, this “natural desire to see God” provides the paradox of grace: “the human person is both capable and incapable of God. We are capable of receiving the vision of God, and absolutely incapable of attaining by ourselves.” (*Aquinas on Nature and Supernature*, p.363) Grace builds on nature. And the structure of the *Summa* itself reveals that the virtues and gifts of the Holy Spirit give our natural inclinations, and especially *synderesis*, a new source for action at the very core of our being to effect union with God by God’s own gift.” (*Aquinas and the Theology of the Body*, p.24).

O homem é criado para estar diante de Deus, conhecê-lo e amá-lo (GS 12). Note-se bem, são as faculdades espirituais do homem que o colocam em face de Deus. Exercer a inteligência, utilizá-la para direcionar-se ao bem, são coisas próprias do homem. E é justamente isto o que o coloca enquanto sendo um ser capaz de Deus. Deus se apresenta ao homem, de tal forma que intelectualmente é capaz de conhecê-lo (DV 10), e por ser dotado de vontade, querê-lo, servi-lo e, por fim, amá-lo.

Vale considerar, a essa altura, que a demonstração experiencial de tal fato está em certas perguntas essenciais feitas pelo homem, e que o colocam em face de algo que está para além da realidade material que o entorna no decorrer de sua vida: “no fim de tudo, o que será de mim?”; “o que há para além da morte?”. Estas e outras perguntas demonstram em si mesmas uma abertura à transcendência, e certa insatisfação com a contingência e corruptibilidade do mundo material.<sup>58</sup>

A resposta para tais perguntas está no fato de que, como até agora temos dito, o fato de o homem ser criado à *imagem e semelhança de Deus* o coloca para além do que materialmente pode experimentar. O dado revelado evidencia isso. Deus caminha em direção ao homem. E é a partir desse caminhar de Deus em direção ao homem que ele, o homem, é capaz de dar uma resposta a Deus. Por isso a paradoxalidade dessa capacidade. Há na natureza humana algo que o coloca em face de Deus, mas ao mesmo tempo, se Deus não falasse ao homem de tal modo que o homem não o pudesse entender, não o conheceria. Até a capacidade natural de Deus, inerente ao homem, depende da ação Divina.<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> Stork, Ricardo Ypes, *Fundamentos de antropologia: um ideal da excelência humana*. São Paulo: Instituto brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005, p. 355.

<sup>59</sup> *Aquinas and the Theology of the Body*, p.24

## 2.3. A pessoa criada para a comunhão

O Concílio leva em consideração, numa terceira parte do número 12 da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, que o homem não foi criado na solidão e para a solidão, retomando algo que faz parte da natureza humana desde o princípio da humanidade: o homem é um ser relacional e sociável, feito para a comunhão.

Deus, porém, não criou o homem sozinho: desde o princípio criou-os "varão e mulher" (Gen 1,27); e a sua união constitui a primeira forma de comunhão entre pessoas. Pois o homem, por sua própria natureza, é um ser social, que não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os outros (GS 12).

A pessoa humana é aberta para o outro. Está sempre em relação a alguém. Tudo o que sabe pode ser apresentado a alguém e será. O desenvolvimento da linguagem está em função da comunicação. O homem inicia a sua vida em relação com alguém. Qualquer bebê que nasce, nasce de uma outra pessoa, sua mãe, que em relação com seu pai, concebeu-o e deu-lhe a vida. Ou seja, de uma relação o ser humano nasce, e no momento em que nasce, coloca-se em relação com quem lhe deu a vida. A pessoa se realiza na comunhão.<sup>60</sup>

A pessoa, ao longo de todas as etapas de sua vida, necessita de outras para aprender a reconhecer-se a si mesma, desenvolver sua vida com normalidade e alcançar sua plenitude. A solidão no homem significa sua frustração radical.<sup>61</sup>

Aquilo que o hagiógrafo faz no texto bíblico e que a Igreja faz questão de retomar é um ponto fulcral da essência humana: o homem é criado para a comunhão, em primeiro lugar esta comunhão se realiza com Deus e, imediatamente, com o outro. O amor é o que há de mais divino no homem, o que o coloca diante da realidade da comunhão (GS 12). São Basílio de Cesaréia<sup>62</sup> faz questão de, diante da palavra do

---

<sup>60</sup> Stork, Ricardo Ypes, *Fundamentos de antropologia*: um ideal da excelência humana. São Paulo: Instituto brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005, p. 143.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p.143.

<sup>62</sup> *PATRÍSTICA 14: Basílio de Cesaréia*. p. 45-46.

autor do *Gênesis*, interpretar o “*Façamos*” como obra da Santíssima Trindade, em conjunto, como comunidade. Deus é comunhão de pessoas.<sup>63</sup>

A pessoa humana é objetivamente alguém. Quando em face de outra pessoa, dois indivíduos encontram-se e podem partilhar da individualidade irrepitível que cada um compõe e é. Sob esse aspecto, há uma subjetividade humana, algo de interior e que só aquele indivíduo sabe sobre si mesmo e que vivencia diariamente consigo mesmo. Por outro lado, através da linguagem, isso que ele tem dentro pode ser comunicado a outro, e nesse momento, o outro é para si um objeto de escuta. Contudo, esse indivíduo objetificado durante a fala do primeiro é, também ele, sujeito de ações livres. O que coloca o homem em face do fato de que ele é sujeito e objeto de ação.<sup>64</sup>

A socialização do ser humano passa por uma dupla tensão: ser quem se é, mas cuidar de não reduzir o outro que é um ser único e irrepitível tal qual ele mesmo, a um mero objeto de suas ações. O que significa dizer que o homem deve constantemente cuidar para não se tornar o contrário de sua maior semelhança com Deus: utilitarista.

Karol Wojtyła, em *Amor e Responsabilidade*, ao investigar o mandamento do Amor, *Amarás o Senhor teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, com toda a tua força e de todo o teu entendimento; e a teu próximo como a ti mesmo* (Lc 10, 27), faz questão de notar que tal lei coloca o homem em face da dignidade da pessoa humana: “a pessoa é um bem tal que só o amor pode ditar a atitude adaptada e válida a seu respeito.”<sup>65</sup> O que significa dizer que o Amor é, não só a faculdade que o coloca em face da natureza divina, senão que é por ele que as relações humanas devem ser regidas, sobretudo a relação em instância conjugal. Aqui nos deteremos sobretudo na instância conjugal, seguindo a afirmação do texto bíblico “homem e mulher os criou” e a afirmação da GS sobre a comunhão de pessoas.

---

<sup>63</sup> DE OLIVEIRA, José Lisboa M. *O Amante, O Amado e O Amor*. Breves reflexões sobre o Deus de Jesus. São Paulo: Paulus, 2017. p. 15.

<sup>64</sup> WOJTYLA, Karol. *Amor e Responsabilidade*. São Paulo: Cultor de Livros: 2016. p. 15.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 35.

### 2.3.1. O Amor

O homem deseja, sobretudo, ser feliz. E sua felicidade tende a manifestar-se na busca por possuir aquilo que irá realizar a tal felicidade buscada. Nesse sentido, o amor tem total relação com a busca da felicidade, porque aquele que ama deseja estar com a pessoa amada, de tal forma que constitua uma união estável e indissolúvel com a pessoa amada, o que caracterizaria a felicidade alcançada, o possuir aquilo que e desejava, mas um desejo elevado ao nível mais alto das faculdades humanas, que é o amor.<sup>66</sup> O amor é essencialmente a vontade de felicidade do outro.<sup>67</sup>

Se se fala de um amor entre pessoas (no qual aparece aquele núcleo do pessoal do outro e, precisamente, se quer o outro como outro, como um tu), não faz sentido reduzir o amor a gozo físico (agregado pela presença do amigo, prazer sensual etc): no amor da vontade entram em jogo dimensões muito mais profundas da realidade do homem. Por isso, o amor do homem procura o conhecimento do amado<sup>68</sup>, um possuir muito mais profundo que o ter físico. Nenhum amante se conforma com conhecimentos superficiais do ser amado: procura conhecê-lo por inteiro, até identificar-se com ele. *Amar é conhecer.* (Stork, 2016)

A aproximação causada pelo amor não é tanto um desejo de realização egoísta e autocentrado, muito pelo contrário, a aproximação causada pelo amor deseja a realização, sim, mas a deseja tendo em vista o bem do outro e o bem que o outro é em si mesmo. Justamente por isso o amor deseja antes de tudo tomar conhecimento da pessoa amada. A intimidade gerada pelo amor é causada por uma apresentação da mais íntima interioridade da pessoa amada.

O que acontece em seguida é um conhecer e dar-se a conhecer. O amor faz com que o amante se entregue ao amado, dando-se inteiramente de modo a fazê-lo adentrar em sua intimidade. Isso acontece através do diálogo. Justamente porque, como vimos, a pessoa humana é um ser dotado de vida interior, o que significa dizer que há algo de invisível, a não que seja apresentado, e a linguagem é o que

---

<sup>66</sup> Ibidem, p. 147.

<sup>67</sup> Stork, Ricardo Ypes, *Fundamentos de antropologia: um ideal da excelência humana*. São Paulo: Instituto brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005, p. 147.

<sup>68</sup> “O amor requer o conhecimento do bem que se ama”, *Suma Teológica*, I-II, q. 27, a. 2.

proporciona tal acontecimento. A comunicação é essencial para que o amor, de fato, aconteça, porque é ela que coloca a pessoa amada diante do amante.<sup>69</sup>

Nesse sentido, o amor será cada vez mais explicitado, justamente porque deverá ser comunicado.<sup>70</sup> O sujeito que ama faz questão de expô-lo. Faz porque quer deixar claro de que o que deseja é factualmente a felicidade da outra pessoa, manifestando em palavras e que se renovam em ações. Amar é agir em conformidade com a vontade de felicidade do outro. Sob esse aspecto, o amor não deve, jamais, fazer da outra pessoa mero instrumento de auto satisfação, ele deve, sim, trabalhar em função da felicidade do outro, e é nesse ponto que o amor se torna dom.<sup>71</sup>

É preciso sublinhar aqui que o amor é a realização mais completa das possibilidades do homem. É a máxima atualização da potencialidade intrínseca da pessoa. Esta encontra no amor a maior plenitude do seu ser, da sua existência objetiva. O amor é o ato que realiza do modo mais completo a existência da pessoa. É evidente que, para ser assim, é preciso que o amor seja autêntico. Que significa exatamente esta expressão? O amor é autêntico quando realiza sua essência, isto é, quando se orienta para um bem autêntico, e de modo conforme à natureza desse bem. É preciso aplicar esta definição também ao amor entre o homem e a mulher. Também neste campo, o verdadeiro amor aperfeiçoa o ser da pessoa e amplia a sua existência. O amor falso leva a resultados opostos: é aquele que se orienta para um bem aparente ou, na maior parte dos casos, para um verdadeiro bem. Muitas vezes é desse gênero o amor entre o homem e a mulher, falso no princípio, ou então, apesar dos princípios aparentemente justos, falso nas diversas manifestações, na sua realização. Ora, o amor falso é um mau amor. (Wojtyła, 2016).

Ora, esse mau amor é manifesto no utilitarismo, no fato de transformar o outro em objeto para finalidades autocentradas, quando, no total inverso, o amor benevolente olha para o outro como um bem em si mesmo, a ser amado, um a quem ser entregue. O que exige responsabilidade no ato da entrega. E exige responsabilidade justamente por esperar uma reciprocidade. Falar do amor como um dom é exigir uma reciprocidade, caso contrário estará fadado ao fracasso. O dom do amor deve ser recíproco e, portanto responsável; porém, a responsabilidade se manifesta sob dois aspectos distintos. O primeiro está na própria reciprocidade; o

---

<sup>69</sup> Stork, Ricardo Ypes, *Fundamentos de antropologia: um ideal da excelência humana*. São Paulo: Instituto brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005, p. 150.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 156.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p.157.

segundo está no cuidado com o fazer do amor algo verdadeiramente ordenado pela vontade não pelos sentimentos, caso contrário, será facilmente convertido num utilitarismo. E esta é uma tensão com a qual o homem tem de lidar constantemente em suas relações, sobretudo, no âmbito conjugal.

A pessoa humana é, portanto, enquanto *imagem de Deus*, alguém, um indivíduo único e irrepetível, dotado de uma interioridade única e que é capaz de manifestar através da linguagem e comunicabilidade. Isso manifesta uma de suas faculdades mais elevadas, a inteligência, o que o coloca em face do mundo sendo capaz de conhecê-lo e de expor esse conhecimento e suas experiências, tornando-se a si mesmo conhecível por outro. E esta sua experiência única com a realidade manifesta sua vontade, realizada na liberdade em exercício. Ainda, o mais próprio movente da vontade humana é o amor, o ato de agir em conformidade com o bem que o outro é e desejado para o outro. No amor está a maior possibilidade de realização humana, justamente porque é o amor que compõe a Trindade Santíssima, é ele que, no homem, o faz mais fortemente semelhante a Deus. A comunhão de pessoas só é possível porque o ser humano ama.

Tendo investigado, portanto, as características do homem e que condizem com aquilo que está contido no número 12 da *Gaudium et Spes*, cabe ampliar o conceito aqui definido aplicando-o às realidades que tocam o ser humano no contexto contemporâneo, intentando de dar uma respostas ao homem a partir daquilo que foi trabalhado no presente capítulo.

# CAPÍTULO III

## UMA PROPOSTA ANTROPOLÓGICA PARA A REALIDADE CONJUGAL

Neste terceiro capítulo encontra-se uma proposta de leitura da realidade matrimonial à luz daquilo que foi estudado no capítulo anterior. Tendo em vista, portanto, a definição de homem enquanto *imagem e semelhança de Deus*, e visando aprofundá-la em sua aplicação, num primeiro momento, o presente capítulo investiga a realidade do amor a nível conjugal, tendo em vista os trabalhos mais recentes do Sumo Pontífice, o Papa Francisco, em sua Encíclica *Amoris Laetitia*.

Após a primeira investigação a respeito do tema do matrimônio e da vida conjugal, o segundo momento do capítulo intenta apresentar os mais diversos desafios encontrados pela família e um panorama geral a respeito do contexto atual da família.

Por fim, o terceiro e último momento do capítulo, como conclusão, tendo em vista o número 22 da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, busca dar luzes à realidade matrimonial e todos os seus desafios à luz da Pessoa de Nosso Senhor Jesus Cristo e sua obra de Redenção, levando em consideração que o homem novo, portanto, todas as realidades que circundam o homem, também elas novas, só são possíveis se estando em Cristo.

Na realidade, só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente o mistério do homem. Adão, o primeiro homem, era efetivamente figura daquele futuro, isto é, de Cristo Senhor. Cristo, novo Adão, na própria revelação do mistério do Pai e do seu amor, revela o homem a si mesmo e descobre-lhe a sua vocação sublime. Não é por isso de admirar que as verdades acima ditas tenham nele a sua fonte e nele atinjam a plenitude (GS 22).

O que aqui se expõe é, de fato, o seguimento da própria estrutura do capítulo primeira da *Gaudium et Spes*, afirmar o que é o homem, colocá-lo em face de todas os seus maiores dramas e dificuldades, sobretudo aquilo que é resultado do pecado, para, em seguida, como num cume e ápice da exposição antropológica, tratar da obra

crisológica em sua mais excelsa forma: a redenção do homem e a transformação de toda a realidade que o circunda.

### 3.1. O amor conjugal

A experiência natural da vida mostra ao homem como ele mesmo está naturalmente ordenado ao amor do próximo. Como exemplo disso, Santo Tomás de Aquino afirma que, por algum instinto natural, mesmo sem que se conheçam, um indivíduo coloca-se prontamente em auxílio de um outro tendo em visto o bem daquele primeiro, única e exclusivamente por notar a necessidade de ajuda.<sup>72</sup> Isso demonstra como a natureza do homem está inclinado ao próximo.

Contudo, o exemplo citado visa expor algo maior: o fato de que a lei divina potencializa a humanidade em suas propensões naturais. Ou seja, o mandamento do amor ao próximo visa elevar ao homem à perfeição daquilo que está nele como possibilidade.

O amor ao próximo enquanto mandamento divino é colocado por Deus por uma necessidade, que se dá em decorrência do amor que se deve prestar a Ele mesmo. Tal situação se explica pelo simples fato de que aquele que ama alguém está conseqüentemente ordenado a amar aqueles que por ele são amados; ou seja, todas as pessoas amadas por aquele indivíduo amado, são conseqüentemente amados pelo amante do indivíduo. Sob esse aspecto, é natural que todo aquele que ame a Deus, ame também o próximo, haja visto que Deus ama todas as pessoas.<sup>73</sup>

Por natureza, portanto, o homem está ordenado ao amor ao próximo, a uma relação de mútua correspondência em relação ao que se busca. Vale considerar que o mútuo sustento faz da relação de verdadeira amizade, e o mútuo acontece somente em vista de um fim comum; ou seja, quando dois caminham em direção a uma mesma coisa, tendem a ajudar-se mutuamente, constituindo uma amizade, formalizada no amor que se tem um pelo outro, devido à correspondência de objetivos. São Tomás, nesse ponto, ressalta que todo ser humano possui, essencialmente, o mesmo fim último, a Bem-aventurança, sendo assim necessário o amor ao próximo.<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> Santo Tomás de Aquino, *Suma Contra os Gentios*, III, p. 341.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 341.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 341.

Por outro lado, há uma relação estabelecida que se funda em laços de amor que vão além desse fim último do homem, mas que tende a realizá-lo individualmente e fazê-lo crescer em todas as suas potências, agora sim, em vista daquele fim último, e essa relação é formulado no laço conjugal. Em outras palavras, há algo que antecede a relação a nível macro na sociedade e que faz a sociedade acontecer, um lugar onde os seres humanos nascem, crescem, desenvolvem-se, adquirem valores, são educados e preparados para fazer também eles o mesmo: essa instituição é a família.

Antes de olhar para a família sob o aspecto sacramental, enquanto receptora da benção de Deus e sustentada por sua Graça, vale considerá-la em primeiro lugar em sua necessidade e naturalidade; ou seja, deve-se ter em conta que a família e o vínculo indissolúvel entre o homem e a mulher, a geração e educação dos filhos e o cuidado e proteção dos idosos no fim da vida, é parte constituinte a naturalidade da vida humana.<sup>75</sup>

Santo Tomás, ao iniciar a argumentação a respeito do matrimônio, volta-se em primeiro lugar ao ato conjugal.<sup>76</sup> A constituição biofísica do ser humano funda um meio necessário para a propagação da espécie. Existe no homem, em sua natureza corporal, um impulso essencial e fortíssimo que o aproxima de outro ser humano do sexo oposto para entregar-se numa relação íntima e que visa a continuação do gênero humano. Isso é, sob um aspecto, o ato conjugal.

Pois bem, “é o bem de cada coisa um alcance seu fim, mas seu mal está em que se desvia de seu fim devido”<sup>77</sup>, o que se diz não só de cada um como um todo, mas também de suas partes; ou seja, o ato conjugal, parte constituinte da natureza humana, possui um fim específico e que faz dele bom. Por outro lado, agir contra o fim do ato conjugal é tornar aquela parte da natureza humana um mal.

O ato conjugal, em si mesmo, possui uma qualidade procriativa, que deve ser respeitada na união dos cônjuges.<sup>78</sup> Sob esse primeiro aspecto, enxerga-se já, a necessidade de um lugar apropriado e que constitui um laço de união entre pessoas

---

<sup>75</sup> Stork, Ricardo Ypes, *Fundamentos de antropologia: um ideal da excelência humana*. São Paulo: Instituto brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005, p. 229.

<sup>76</sup> Santo Tomás de Aquino, *Suma Contra os Gentios*, III, p. 354.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 354.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 355.

que gerarão outras pessoas. Porém, há mais. Caso se justificasse a união familiar nesse único ponto, poderia-se dizer que, propagadas as gerações, o laço entre homem e mulher poderia ser rompido, o que não deve acontecer, e não deve acontecer por uma necessidade natural da vida gerada pela união dos cônjuges.

A necessidade do ser humano pela estabilidade familiar se funda no fato de que é natural à criança exigir cuidados quanto à sua vida nutritiva. Qualquer bebê que nasça, exige de seus pais os alimentos necessários para a conservação de sua vida. Sob um segundo aspecto, o ser humano exige, também, e naturalmente, ser educado de modo conveniente.<sup>79</sup>

Ora, é manifesto que, na espécie humana, a fêmea sozinha não seria suficiente para a educação da prole, pois a necessidade da vida humana requer muitas coisas que não podem ser alcançadas por um só. Portanto, é conveniente, segundo a natureza humana, que o homem permaneça junto com a mulher, após o coito, e não se afaste imediatamente, aproximando-se indiferentemente de qualquer uma, como acontece entre os fornicadores. Entretanto, a essa razão não obsta que alguma mulher, com suas riquezas, possa, sozinha, nutrir a prole. Porque a retidão natural dos atos humanos não é segundo aquilo que acontece por acidente a um indivíduo, mas segundo o que alcança toda a espécie. (*Suma Contra os Gentios*, III, 2016).

Ora, o Papa Francisco não deixa de notar, em sua Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia*, tomando exemplos variados e que foram recolhidos por Bispos do mundo todo, visando apontar os mais diversos problemas enfrentados pela realidade familiar no mundo contemporâneo, que a criança a ser educada num lar onde há uma separação, seja qual for o motivo, tendo a criança de ser formada por terceiros, porque a mulher precisa dar conta de trabalhar, educar e se desdobrar em funções e mais funções que a realidade exige que ela desempenhe, não é sem consequência que o educando, a criança, fruto desse meio, terá sérios problemas em seu desenvolvimento como ser humano.<sup>80</sup> É, portanto, natural ao ser humano que a família seja um lugar de segurança e educação, tendo pai e mãe, que o educarão em conformidade com o que sua natureza exige que ele seja educado. A natureza humana é racional, o que exige anos para ser bem formada.<sup>81</sup> O que, mais uma vez,

---

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 355.

<sup>80</sup> *Amoris Laetitia*, 49.

<sup>81</sup> Santo Tomás de Aquino, *Suma Contra os Gentios*, III, p.356.

funda a necessidade da permanente união entre homem e mulher no laço conjugal. Do mesmo modo, vale considerar, ainda, que não são apenas os anos de formação que exigem a estabilidade familiar, senão que toda a vida, visto que todo idoso exige cuidados seguros, que devem ser garantidos por seus familiares.<sup>82</sup>

Até o presente momento, justifica-se a naturalidade da união conjugal e sua estabilidade, porém, vale dizer, tal união vai além do aspecto conservação da espécie, e os motivos pelos quais se justifica a estabilidade matrimonial já antecipam um outro aspecto da união entre homem e mulher em matrimônio: tal realidade é o amor recíproco entre um e outro.

O amor, como visto no capítulo anterior, é, por definição, um movimento da vontade em relação ao outro, não como um bem para si, senão que como um bem em si mesmo e querido em sua realização enquanto pessoa humana. Em outras palavras, o amor quer o bem e a realização do outro. E o motivo pelo qual a permanência estável do laço matrimonial antecipa esse significado se dá porque o amor exige uma entrega de totalidade, e nisso se funda o matrimônio. Quando homem e mulher se entregam no laço conjugal, dão-se inteiramente um ao outro, dedicando a totalidade de suas vidas àquilo que hão de viver em união no sacramento do matrimônio, o que só pode ser sustentado pelo amor.

Sob o prisma do amor, o matrimônio recebe uma finalidade específica e que faz dele uma instituição sumamente nobre: a entrega de dois, um ao outro, que funda o ser uma só carne a partir dessa entrega amorosa. Nesse sentido, escreve o Papa Francisco:

Diariamente “entrar na vida do outro, mesmo quando faz parte da nossa existência, exige a delicadeza de uma atitude não invasiva, que renova a confiança e o respeito. (...) E quanto mais íntimo e profundo for o amor, tanto mais exigirá o respeito pela liberdade e a capacidade de esperar que o outro abra a porta do seu coração”.<sup>83</sup> (*Amoris Laetitia*, 99).

---

<sup>82</sup> Stork, Ricardo Ypes, *Fundamentos de antropologia: um ideal da excelência humana*. São Paulo: Instituto brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005, p. 229.

<sup>83</sup> FRANCISCO, *Catequese* (13 de maio de 2015): *L'Osservatore Romano* (ed. semanal portuguesa de 14/05/2015, 16).

Ora, deve-se notar sobretudo a que o amor diz respeito. É uma entrega total de um a uma, e vice-versa, funda-se no querer fundar uma família, entregar-se inteiramente a alguém para a realizar, juntos, do amor e o que ele propõe. E essa entrega, apesar de englobar muitos sentimentos, não é composta de sentimentalismos, caso contrário não se sustentaria, porque o mundo dos sentimentos é volúvel. Fala-se sobre o amor a nível espiritual, enquanto movimento da vontade, e este não deixe de valorizar aquilo que o outro é em si mesmo e aquilo que sua espiritualidade lhe confere. No amor conjugal, o outro é amado por si mesmo.<sup>84</sup> O fim do laço matrimonial, do amor conjugal, é a mútua entrega pelo bem do outro, tendo em vista o bem que ele é em si mesmo. É a isso que o matrimônio está destinado. O Papa faz questão de a essa altura citar o seguinte parágrafo:

Todos os místicos afirmam que o amor sobrenatural e o amor celeste encontram os símbolos que procuram mais no amor matrimonial do que na amizade, no sentimento filial ou na dedicação a uma causa. E o motivo encontra-se precisamente na sua totalidade.<sup>85</sup>

O texto eleva o amor matrimonial a um nível exemplar. E é a este nível que o Papa deseja destacar o laço conjugal, como sendo algo, de fato, divino, experimentado por cada ser humano vocacionado ao matrimônio. Desse amor, fundador da entrega de dois, institui-se a família, vínculo que liga não só os dois, mas toda a geração de pessoas que se segue ao amor da primeira entrega. O amor não gera simplesmente um casal, o amor funda uma família. E “a família é a estirpe, ainda que hoje não estejamos acostumados a pensar assim. Só se se substitui a idéia de ‘somos uma família’ pela de ‘somos um casal’ é que pode surgir a ruptura do casal, pois a família é permanente por incrustar-se na cadeia imemorial das gerações, e da estirpe, o casal não”<sup>86</sup>

A forma de olhar para para a entrega do matrimônio como sendo um simples casa funda a solubilidade matrimonial, justamente porque essa forma de olhar para o matrimônio é egoísta e individualista. O individualismo é o maior inimigo do amor

---

<sup>84</sup> *Amoris Laetitia*, 100.

<sup>85</sup> A. Sertillange, *L'amour chrétien* (Paris 1920), 174. Apud: AL 142.

<sup>86</sup> Stork, Ricardo Ypes, *Fundamentos de antropologia: um ideal da excelência humana*. São Paulo: Instituto brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005, p. 229.

conjugal, haja visto que ele quer o bem do outro, enquanto o individualismo pensa o bem para si mesmo. Nesse sentido, ele é a raiz comum de todos os desafios enfrentados pelo matrimônio.

## 3.2. Os desafios da família

A finalidade do matrimônio pode ser olhada sob dois aspectos diferentes. E isso acontece porque a pessoa humana é um ser complexo. De fato, o ser humano é um ser espiritual, dotado de faculdades espirituais e por isso *imagem e semelhança de Deus*. Porém, o psiquismo humano o faz viver sua individualidade e irrepetibilidade não só pautado nas faculdades espirituais a que deve se elevar, mas também pelas necessidades psíquicas e seus impulsos a serem correspondidos de alguma forma.

Tudo o que podemos dizer sobre as faculdades espirituais, inteligência, vontade e amor, diz-se como uma entrega, uma saída do homem de si mesmo para algo fora dele. Por outro lado, no que diz respeito ao psiquismo, tudo quando se deseja é tomado como fim para um bem individual; ou seja, não é uma saída, uma oferta, uma entrega, mas uma apropriação de um bem.

Os afetos interiores atribuídos ao psiquismo são dois: concupiscível e irascível. Tais afetos direcionam-se, sim, para um bem, sempre para um bem, porém, não são bens que aperfeiçoam da natureza humana. Quando, por outro lado, o amor aperfeiçoa a natureza, tornando o amante mais nobre, justamente por entregar-se virtuosamente em amor.<sup>87</sup>

O concupiscível, no ser humano, funciona como um instinto de aproximação do bem imediato. Torna o bem que se apresenta imediatamente desejável. A paixão, por exemplo, é um sentimento gerado pelo concupiscível que deseja a pessoa por quem se apaixonou como sendo alguém para nutrir uma relação. Porém, vale dizer, corresponder aos sentimentos gerados pelos afetos dá, sim, certo prazer e contentamento, entretanto, o contentamento gerado por essa correspondência é passageiro, porque também o sentimento é passageiro e mutável.<sup>88</sup> Todo sentimento é mudado em outro sentimento caso um estímulo externo direcione o afeto para outra coisa.

---

<sup>87</sup> Stork, Ricardo Ypes, *Fundamentos de antropologia: um ideal da excelência humana*. São Paulo: Instituto brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005, p. 32.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 33.

O afeto irascível, por outro lado, é direcionado instintivamente ao bem árduo. Isso significa dizer que este afeto direciona o indivíduo a como que batalhar para alcançar aquilo que motivou o afeto. Aqui encontra-se o problema. Os dois afetos não são necessariamente opostos, mas podem gerar sentimentos opostos. Seguindo o exemplo dado para descrever o afeto anterior, caso o indivíduo, enquanto conhece a pessoa por quem foi sentimentalmente atraído, depara-se com algo que, para ele, é desprezível, seja verdadeiramente ruim ou seja algo verdadeiramente bom, mas que esse indivíduo em particular não considera como algo bom, o afeto irascível irá gerar um sentimento negativo em relação à outra pessoa e, aquilo que num primeiro momento era atração, passará a ser certa repulsa.<sup>89</sup>

Nesse sentido, qualquer relação que seja nutrida pelo sentimentalismo dos apetites sensitivos estará fadada ao fracasso. Caso os afetos não sejam ordenados pelas faculdades espirituais, no exemplo em particular, pelo amor, o que irá imperar na relação será o individualismo. Porque a pessoa quererá realizar-se a si mesmo, utilizando, no sentido estrito do termo, o outro.

Importante ressaltar que a realização particular, a felicidade individual, os benefícios desejados pelo indivíduo, compõem a finalidade de uma relação. Mas a relação não para nisso. Está claro que todo homem almeja a felicidade. A entrega numa relação amorosa é, também ela, feita porque se almeja alcançar a felicidade. Faz-se o que se faz para ser feliz. Então, isso pode, também, ser atribuído como finalidade do laço matrimonial: a realização pessoal. Contudo, muito maior do que a realização pessoal e a felicidade do indivíduo é a entrega amorosa que visa o bem do outro, colocando-se inteiramente em prol da felicidade do outro e da realização da família. Tudo isso por amor.

Pois bem, duas são, portanto, as finalidades de um relacionamento. A primeira delas é a entrega total e mútua de um ao outro visando a felicidade do outro, por amor, e a geração familiar; a segunda, a realização pessoal de ambos. Porém, como são duas as finalidades, uma deve sempre se sobrepor a outra, e nesse sentido, ordená-la.

---

<sup>89</sup> Ibidem, p. 34.

Prometer, comprometer-se significa incluir o futuro no amor presente. O *sim* matrimonial é um compromisso e uma expressão de liberdade radical, que dota de sentido vocacional a própria vida. Com efeito, “quem não sabe comprometer-se não consegue viver na dimensão mais profunda de sua condição de pessoa”.<sup>90</sup> Se a liberdade de um homem se mede pela qualidade de seus vínculos, será mais livre, quem dispõe de si mesmo da maneira mais intensa, e esta não é outra senão o *compromisso que dispõe do próprio futuro*, porque a pessoa tem vontade de fazer isso. “Comprometo-me a querer-te sempre” é expressão do amor exclusivo e perpétuo, total, com que a pessoa ama. “Quem não se concebe livre a ponto de poder comprometer-se, quem não se sente dono de si a ponto de decidir dar-se porque tem vontade de fazê-lo, no fundo não é totalmente livre, está acorrentado ao passageiro, ao trivial, ao mero presente”.<sup>91</sup> Longe de se oporem, liberdade e compromisso se potenciam: a primeira se realiza mediante o segundo. (Storck, 2005)

O amor conjugal deve ser marcado por uma liberdade verdadeira que visa a entrega de si como dom ao outro, o que só pode ser feito antecipando o futuro e comprometendo-se com ele no agora, tudo em função da pessoa amada e de tudo o que essa realidade familiar engloba. Em contrapartida, o fato de se direcionar pelos afetos e viver pelos sentimentos, faz com que o indivíduo não seja capaz de antecipar o futuro numa entrega amorosa ao outro, mas simplesmente viver o momento. Não há compromisso, há busca de auto satisfação, e quando ela não é mais possível o outro é descartado. Isso é o que significa a soberania do individualismo. O individualista tem em em conta o futuro, mas o tem como objeto de preocupação, o que o impede de trazê-lo para o agora num *sim* que se perpetua desde o agora para a vida toda<sup>92</sup>.

Por outro lado, “há que considerar o crescente perigo representado por um individualismo exagerado que desvirtua os laços familiares e acaba por considerar cada componente da família como uma ilha, fazendo prevalecer, em certos casos, a ideia de um sujeito que se constrói segundo os seus próprios desejos assumidos com caráter absoluto”.<sup>93</sup> (...) A liberdade de escolher permite projetar a própria vida e cultivar o melhor de si mesmo, mas, se não se tiver objetivos nobres e disciplina pessoal, degenera em uma incapacidade de se dar generosamente. De fato, em muitos países onde

---

<sup>90</sup> P. -J. Viladerich, *Agonía del matrimonio legal*, cit., 132. Apud: Stork, Ricardo Ypes, *Fundamentos de antropologia: um ideal da excelência humana*. São Paulo: Instituto brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005, p. 223.

<sup>91</sup> P. -J. Viladerich, *Agonía del matrimonio legal*, cit., 133. Apud: Stork, Ricardo Ypes, *Fundamentos de antropologia: um ideal da excelência humana*. São Paulo: Instituto brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005, p. 223.

<sup>92</sup> *Amoris Laetitia*, 42

<sup>93</sup> *Relatio Synodi* 2014, n. 5. Apud: *Amoris Laetitia*, 33.

diminui o número de matrimônios, cresce o número de pessoas que decidem viver sozinhas ou que convivem sem coabitar. (*Amoris Laetitia*, 33).

A passagem, na sociedade contemporânea para um novo modelo de vida familiar que é pautado sobretudo nos ideais individualistas de auto realização e satisfação, o que vem a ser a constituição familiar pautada no amor e na entrega pela felicidade do outro passa a ser somente um ideal fora da realidade e que não condiz com o que tem sido adotado e buscado.<sup>94</sup>

O mundo contemporâneo enfrenta diversos problemas que, de fato, têm passado à frente do conceito de família e transformado. A sociedade enfrenta problemas econômicos sérios, o que faz com que noivos adiem o matrimônio e coloquem em primeiro plano a estabilidade financeira.<sup>95</sup> A preocupação, apesar de decidirem por isso, com a solidão tem tomado conta das pessoas, o que as fez desesperadamente entregarem-se umas às outras descompromissadamente, pura e exclusivamente para sanar uma necessidade emocional momentânea.<sup>96</sup> A eutanásia, o suicídio, o aborto, realidades que passaram a fazer parte de um direito constitucional previsto em lei em alguns países são fortemente contrários ao amor familiar e compõem o quadro dos desafios enfrentados pela família.<sup>97</sup> Famílias têm enfrentado cada vez mais a divisão e o divórcio tem sido uma realidade comum na sociedade; mulheres tendo de criar seus filhos sozinhas, ao passo que devem, também, trabalhar, e aquela necessidade básica da criança por uma educação que corresponda com suas necessidades mais altas ficam secundarizadas.<sup>98</sup>

Os desafios e o risco maior que enfrenta a vida familiar é o que acabar com o amor natural que o ser humano aprende no contexto familiar. Dentro da família, cada indivíduo é considerado em sua peculiaridade e amado justamente por ser quem é.<sup>99</sup> No mundo individualista, cada um é somente mais objeto a ser utilizado para alcançar fins materiais, sejam quais forem, desde o prazer até o lucro, tudo o que importa é o indivíduo.

---

<sup>94</sup> *Amoris Laetitia*, 34.

<sup>95</sup> *Ibidem*, 40.

<sup>96</sup> *Ibidem*, 43.

<sup>97</sup> *Ibidem*, 48.

<sup>98</sup> *Ibidem*, 49.

<sup>99</sup> Stork, Ricardo Ypes, *Fundamentos de antropologia: um ideal da excelência humana*. São Paulo: Instituto brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005, p. 228.

O ponto forte disso é que “a família é o depósito dos valores que mais profunda e permanentemente ficam gravados no espírito de seus membros mediante a educação (atitudes religiosas, virtudes próprias, modos de valorizar, ideias etc)”<sup>100</sup>, e quando isso tudo é substituído pelo individualismo, o ser humano corre um sério risco de desumanizar-se cada vez mais, a ponto de tratar os outros como menos do que eles são, pessoas.

O amor conjugal, gerador do amor de família e que forma seres humanos e os humaniza por serem indivíduos únicos e irrepetíveis e amados nessa irrepetibilidade, precisa de restauração e cuidado, não foi à toa que o Papa Francisco dedicou-se à redação de *Amoris Laetitia*, não foi à toa que a *Gaudium et Spes*<sup>101</sup> dedicou-se a tratar da vida matrimonial. A Igreja atentar-se à vida familiar é o mesmo que dizer que ela precisa que Cristo a redima e restaure no amor o que ela é e deve ser.

---

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 228.

<sup>101</sup> GS, 47-52.

### 3.3. A Redenção do matrimônio

A beleza do ser humano é visível na definição mesma do que ele é: *imagem e semelhança de Deus*. Em si mesmo, o homem possui faculdades que o colocam em face da realidade de modo diverso dos animais, por exemplo. O homem é um ser espiritual, um ser dotado de inteligência e vontade, que exerce sua espiritualidade na liberdade de seus atos que visam atingir uma finalidade específica que ele é capaz de conhecer e descrever. Possui, além disso, por natureza, a racionalidade, que tem o seu ápice na doação de si para a realização da comunhão de pessoas, o que funda o amor. Ainda, o mesmo homem, é capaz de estar em relação direta com o seu Criador, sendo este o mais alto grau que o homem pode chegar. O homem é capaz de Deus.

Sendo assim, o homem é colocado na realidade material, dotado de uma corpo, uma dimensão física que o coloca diante do mundo criado de tal modo que é capaz de interagir com ele, justamente por ser, também, material. Porém, o homem não para na simples matéria, é dotado de matéria animada, ou seja, possui um psiquismo, uma dimensão que o coloca na realidade a modo de senti-la; é dotado de apetites sensitivos, o que o faz lidar com as coisas à sua volta de determinado modo. Nesse ponto está a simples forma instintiva de lidar com o que interage sensivelmente consigo. Ser desse modo animado não é o limite mais elevado do homem, ao contrário, o homem é um ser espiritual, é capaz de entender, querer, amar. E sob esse aspecto, o homem é, portanto, um composto: corpo, psiquismo e espírito.<sup>102</sup>

Ao ser criado, o homem é ordenado de uma forma muito específica. As potências inferiores, ou seja, os apetites sensitivos, a saber concupiscível e irascível, são submetidos à razão, o que significa dizer que o conhecimento da verdade e o bem verdadeiro ordenam a forma como os apetites irão se relacionar com as coisas do mundo material para a realização da pessoa humana segundo a verdade e o bem.<sup>103</sup> Isso significa dizer, em outras palavras, que o corpo está submetido ao

---

<sup>102</sup> Stork, Ricardo Ypes, *Fundamentos de antropologia: um ideal da excelência humana*. São Paulo: Instituto brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005, p. 31-45.

<sup>103</sup> Santo Tomás de Aquino, *Suma Contra os Gentios*, IV, p. 214.

espírito. Contudo, vai além disso, a razão do homem é ordenada à submissão a Deus.<sup>104</sup>

Contudo, essa ordem *original* do homem é rompida. O chamado pecado original rompe com esta ordem. Porém, o rompimento não é imitativo, ou seja, não significa dizer que os seres humanos por relação mimética decaem no pecado, muito pelo contrário, o pecado entra no mundo e nas relações humanas a modo de origem.<sup>105</sup>

A afirmação sobre o pecado entrar no mundo a modo de origem é demonstrada pelo simples fato de que ela atinge diretamente a ordem estabelecida para a natureza humana. Em outras palavras, pelo pecado a natureza humana passa a ser desordenada. O resultado disso está no fato de que a vontade, faculdade espiritual que determina o exercício da liberdade verdadeira, está enfraquecida, a inteligência está obscurecida em relação ao seu objeto que é a verdade, dificultando o acesso a ela, e os apetites sensitivos estão, justamente porque as faculdades espirituais encontram-se defasadas, sem a guia do espírito.<sup>106</sup>

Santo Tomás de Aquino explica tal fato dizendo que “afastada a razão de Deus, as potências inferiores a recusariam e o corpo aceitaria as paixões contrárias à vida, que pela alma.”<sup>107</sup> A ordem primeira estabelecida é um dom gratuito de Deus, tendo rompido com o dom, o resultado é esta desordem interior.<sup>108</sup>

A importância de fazer ver a desordem interior do homem, resultado do pecado original, está no fato de que as relações humanas são profundamente afetadas por essa realidade. O que significa dizer que o reordenamento da natureza humana, em outras palavras, a redenção do homem é extremamente necessária.

Note-se que, justamente pelas paixões agirem livremente, fruto dos afetos desordenados, é que muitas relações humanas têm sofrido com o individualismo latente. As pessoas não sabem mais o que significa amar verdadeiramente, portanto,

---

<sup>104</sup> Ibidem, p. 213.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 208.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 213.

<sup>107</sup> Ibidem, p. 214.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 215.

aproximam-se das outras como mero modo de satisfazer os desejos aos quais estão inclinadas.<sup>109</sup>

O amor conjugal, na contemporaneidade, passa a ser uma realidade quase fora de contexto e julgada como aquém do que se tem tomado como ideal de vida.<sup>110</sup> E os ideais são os mais absurdos possíveis, se colocados à prova da verdadeira razão e sob a orientação da reta vontade.

Por haver uma desordem, entra, nesse momento, como resposta para todas as dificuldades encontradas no âmbito das relações, que exigem uma reordenação, o tema da redenção. Jesus Cristo, com sua obra redentora, é o único capaz de salvar, de fato, o amor conjugal e fazê-lo verdadeiramente valer nas famílias.<sup>111</sup>

Se, pela desordem da natureza humana, fruto do pecado, o que está perdido é o dom gratuito de Deus ao homem para condução de suas faculdades e potências a elas submetidas, é somente a Graça de Deus, que mais uma vez, será capaz de restaurar o que está perdido.<sup>112</sup>

A natureza do matrimônio já foi exposta no início do presente capítulo, e ela demonstra a necessidade que o ser humano tem de entregar-se a si mesmo para que outros cresçam de modo mais humano possível, dando-se em matrimônio para a procriação e, conseqüentemente, à nutrição e educação da vida gerada. Porém, os afetos desordenados fazem a indissolubilidade matrimonial e a educação dos filhos parecer algo absurdo diante da necessidade de auto realização e satisfação dos próprios anseios. Nesse sentido, se somente a graça pode restaurar a ordem no homem, recolocando-o diante de seu Criador e o orientando para o verdadeiro bem, Nosso Senhor deixou os Sacramentos como meio de alcançar esta graça.<sup>113</sup>

A indissolubilidade do matrimônio ('o que Deus uniu não o separe o homem': Mt 19,6) não se deve entender propriamente como um 'jugo' imposto aos homens, mas como um 'dom' concedido às pessoas unidas em matrimônio. (...) A condescendência divina acompanha sempre o caminho humano, com a sua graça, cura e transforma o coração endurecido, orientando-o para o seu

---

<sup>109</sup> *Amoris Laetitia*, 33.

<sup>110</sup> *Ibidem*, 33.

<sup>111</sup> *Ibidem*, 59.

<sup>112</sup> *Ibidem*, 61.

<sup>113</sup> Santo Tomás de Aquino, *Suma Contra os Gentios*, IV, p. 295.

princípio, através do caminho da cruz. Nos Evangelhos, sobressai claramente a postura de Jesus, que (...) anunciou a mensagem relativa ao significado do matrimônio como plenitude da revelação que recupera o projeto originário de Deus (cf. Mt 19,3). (...) A família e o matrimônio foram redimidos por Cristo (cf. Ef 5,21-32), restaurados à imagem da Santíssima Trindade, mistério de onde brota todo o amor verdadeiro. A aliança esponsal, inaugurada na criação e revelada na história da salvação, recebe a revelação plena de seu significado em Cristo e na sua Igreja. O matrimônio e a família recebem de Cristo, através da Igreja, a graça necessária para testemunhar o amor de Deus e viver a vida de comunhão. (*Relatio Synodi* 2014, 12;16).

O Sacramento do matrimônio, ministrado pela Igreja, é o único capaz de fazer valer a verdade do amor, justamente porque une os cônjuges à entrega amorosa de Cristo que concede a graça divina para cumprir com todas as obrigações matrimoniais. Só em Cristo se justifica verdadeiramente a união matrimonial.<sup>114</sup>

Wojtyła, ao tratar do Sacramento do matrimônio, recorre ao conceito de justiça. O autor afirma que o conceito de criatura, atribuído ao homem, carrega consigo um significado de justa entrega a Deus. Isso se dá pelo fato de que toda criatura depende de seu criador para existir, ou seja, seu ser criado depende na existência daquele que o criou. Sob esse aspecto se funda o direito justo de propriedade que o Criador tem sobre as criaturas (*dominium altum*).<sup>115</sup>

Por haver um direito divino de posse sobre a criatura humana, a entrega matrimonial não deve se dar somente no âmbito homem e mulher entregando-se mutuamente um a outro, explica Wojtyła, mas deve haver mais, e esse mais é justamente a entrega de Deus de um para o outro que se dá somente no Sacramento. “Não basta que o homem e a mulher se deem reciprocamente no matrimônio. Uma vez que cada um deles é, ao mesmo tempo, propriedade do Criador, é preciso que também ele os dê um ao outro, ou, mais exatamente, aprove o seu dom recíproco de um ao outro, feito no quadro da instituição do matrimônio”.<sup>116</sup>

Além disso, o matrimônio não simplesmente justifica no sentido de tornar a união legal, em sentido jurídico apenas, na verdade, vai muito além disso, a justificação do homem e da mulher na entrega marital se dá no âmbito do tornar o ato uma ação reta, porque o eleva à condição de graça divina. O que se dá, porque, na

---

<sup>114</sup> WOJTYLA, Karol. *Amor e Responsabilidade*. São Paulo: Cultor de Livros: 2016. p. 216.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 216.

<sup>116</sup> Ibidem, p. 217.

Igreja, por Cristo haver conferido tal poder, a graça sacramental é concedida, de tal forma que as relações conjugais são ordenadas para o amor e o bem do ser humano, por haver ação direta de Deus.<sup>117</sup>

A finalidade do matrimônio, como já foi descrita anteriormente, é a entrega total de si para o outro, um que se dá a uma, e vice-versa, por amor, visando o bem e, conseqüentemente, a felicidade do outro. Dessa entrega, três bens são alcançados pelos esposos: os *filhos*, que devem ser recebidos e educados conforme a finalidade de todo ser humano, a saber, o culto de Deus; a *fidelidade*, na qual se funda a indissolubilidade matrimonial, de um só homem dando-se a uma só mulher, por amor; e o *Sacramento*, que confere aos cônjuges a graça divina que os auxilia a cumprir com seus deveres, reordenando a natureza, agora redimida, para o verdadeiro bem e o amor, simbolizado pela entrega de Cristo à Igreja.<sup>118</sup>

O homem, por si só, não consegue levar a cabo aquilo que o realiza e o humaniza. Isso se dá pelo fato de que há uma desordem interna, fruto do pecado original, e que resulta no egoísmo, no individualismo, nas divisões, brigas, contendas, isolamentos, enfim. A única coisa capaz de elevar o homem àquilo que ele pode ser de melhor é a graça de Deus. E nesse sentido, no caso particular do matrimônio e da família, é o Sacramento, em primeiro lugar, não em ordem de importância, é claro, senão que em ordem lógica, o Sacramento do matrimônio, e em seguida o Sacramento da Eucaristia, para sustentar a família no amor, especialmente no Amor de Deus.<sup>119</sup>

---

<sup>117</sup> Ibidem, p. 217.

<sup>118</sup> Santo Tomás de Aquino, *Suma Contra os Gêntios*, IV, p. 297.

<sup>119</sup> *Amoris Laetitia*, 318.

# CONCLUSÃO

O presente trabalho dedicou-se a investigar os temas concernentes ao número 12 da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sobretudo no que diz respeito ao conceito de pessoa humana na perspectiva do *imago Dei*, aplicando tal conceito às relações humanas, com ênfase no matrimônio e no amor conjugal.

Para tanto, em primeiro lugar desenvolveu-se uma investigação histórica a respeito do Concílio Vaticano II, onde foi formulada a *Gaudium et Spes*, e em seguida, o processo redacional da Constituição Pastoral e suas intenções últimas tidas pela Igreja o escrevê-la e publicá-la como fruto do Concílio.

Sabendo que o documento visa, olhando para a realidade do mundo e apurando cada dor sentida pelos homens no que diz respeito às frustrações quanto à sua realização e felicidade plena, apresentar um conceito de pessoa que condiga com a verdade sobre o homem e englobe todas as suas dimensões, fugindo de qualquer reducionismo antropológico, para que os maiores potenciais humanos sejam esclarecidos, bem como o modo de alcançá-los. Valoriza-se, sobretudo, em cada ponto, a obra de redenção alcançada aos homens por Jesus Cristo, que mais do que restaurar à humanidade a ordem interior de seu ser, mostra-a como é viver em plenitude como ser humano, ressaltando a entrega de amor e comunhão.

Seguindo a intenção da Constituição, o segundo capítulo, a partir do número 12, então, elabora uma investigação que intenta responder ao homem o que ele é. Deixando claro, sobretudo aquilo que a *Gaudium et Spes* ressalta como definição: *imagem e semelhança de Deus*.

Ser *imagem e semelhança de Deus* significa, pois, possuir aquelas faculdades espirituais que colocam o homem em face do próprio Deus. O homem é, portanto, um ser livre, dotado de uma vontade que, em exercício, direciona o homem ao verdadeiro bem, livre de qualquer influência instintiva ou passional, muito pelo contrário, apesar dessas potências inferiores, o homem possui uma capacidade de liberdade em relação ao bem verdadeiro. E é nesse ponto em que entra a função da razão. A inteligência no homem é justamente o que submete a vontade, dizendo a ele a qual

bem ela deve se dirigir. A inteligência, no homem, é o que o coloca mais fortemente em relação com Deus.

Contudo, há mais, e esse mais é o que assemelha o homem a Deus enquanto vida de comunhão: o amor. O homem não é simplesmente ordenado ao outro enquanto um meio útil para alcançar seja o que for, ao contrário e muito mais elevado do que isso, a comunidade fundada pelo homem se dá nos vínculos de amor. Ademais, é o amor a experiência fundante do laço matrimonial e familiar, sem o amor, de fato, o outro perde o valor, porque, por definição, o amor é uma entrega total ao outro, sobretudo no que diz respeito ao matrimônio. Sem amor, o outro é servidor e não servido.

Sob esse aspecto, o terceiro capítulo visou aprofundar o que significa o amor conjugal e a necessidade do Sacramento do matrimônio para que ele se dê em conformidade com o amor desejado por Deus. Isso se dá porque o homem possui uma desordem interior que o constitui. Por si só o homem não é capaz de olhar diretamente para o bem e entendê-lo como verdadeiro, menos ainda, plenamente entregar-se por amor. É somente sob o auxílio da Graça de Deus que a pessoa humana pode realizar tais coisas. Em outras, o Sacramento do matrimônio não é uma simples instituição, é uma necessidade real, para que o homem de fato corresponda com o que anseia a sua natureza.

A investigação e conclusão feitas levam em consideração a necessidade do homem mesmo em relação ao tema tratado. A Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia*, do Papa Francisco, deixa claro em cada palavra a necessidade que a família tem de uma atenção especial por parte da Igreja.

O Papa recolhe testemunhos do mundo todo, trazidos pelos Padres sinodais, que demonstram o quanto as realidades matrimoniais e familiares têm sofrido pelo mundo todo na contemporaneidade. Famílias divididas, interesses pessoais e egoístas passando à frente das necessidades do lar, traições, divórcios, pornografia, prostituição, cultura de morte e tantos outros problemas apresentados que fazem crer que Nosso Senhor precisa urgentemente tocar esta realidade. E esse toque dá-se através da ação da Igreja.

Pois bem, os instrumentos de pesquisa utilizados foram, sobretudo, os documentos da Igreja sobre o assunto do matrimônio, historiadores dedicados ao

Concílio Vaticano II para bem apresentar o seu desenvolvimento histórico, especialmente no que diz respeito ao documento em foco, a *Gaudium et Spes*. Além disso, a antropologia teológica para conceitualização do ser humano enquanto *imago Dei* deu-se sobretudo entre Teólogos e filósofos contemporâneos, entretanto, levando em consideração em cada um dos pontos trabalhados a fonte mais citada por todos eles, Santo Tomás de Aquino e seu aprofundamento sobre o conceito de pessoa humana e a estrutura de seu ser.

# APÊNDICE

## Oração à Sagrada Família

Jesus, Maria e José,  
em Vós contemplamos  
o esplendor do verdadeiro amor,  
confiantes, a Vós nos consagramos,  
Sagrada Família de Nazaré,  
tornai também as nossas famílias  
lugares de comunhão e cenáculo de oração,  
autênticas escolas do Evangelho  
e pequenas igrejas domésticas.  
Sagrada Família de Nazaré,  
que nunca mais haja nas famílias  
episódios de violência, de fechamento e divisão;  
e que tiver sido ferido ou escandalizado  
seja rapidamente consolado e curado.  
Sagrada Família de Nazaré,  
fazei que todos nos tornemos conscientes  
do caráter sagrado e inviolável da família,  
da sua beleza no projeto de Deus.  
Jesus, Maria e José,  
ouvi-nos e acolhei a nossa súplica.  
Amém!

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Concílio Vaticano II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*: Sobre a Igreja no mundo de hoje.

FRANCISCO. Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*: Sobre o Amor na Família.

MARTELET, Gustave. *As Linhas Mestras do Vaticano II*: Iniciação ao Espírito do Concílio. Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, 1969.

SARTORI, Luigi. *La Chiesa nel Mondo Contemporaneo*: Introduzione alla “Gaudium et Spes”. Padova: Edizioni Messaggero Padova, 1995.

MATTEI, Roberto de. *O Concílio Vaticano II*: Uma história nunca escrita. São Paulo: Ambientes & Costumes Editora, 2013.

AQUINO, Santo Tomás de. *Suma Teológica*, Vol. III, 2 ed. São Paulo: Loyola, 2016.

\_\_\_\_\_. *Suma Teológica*, Vol. IV, 2 ed. São Paulo: Loyola, 2016.

\_\_\_\_\_. *Suma Teológica*, Vol. V, 2 ed. São Paulo: Loyola, 2016.

\_\_\_\_\_. *Suma Teológica*, Vol. VI, 2 ed. São Paulo: Loyola, 2016.

\_\_\_\_\_. *Suma Teológica*, Vol. VII, 2 ed. São Paulo: Loyola, 2016.

\_\_\_\_\_. *Suma contra os Gentios*, Vol. II, 2 ed. São Paulo: Loyola, 2016.

\_\_\_\_\_. *Suma contra os Gentios*, Vol. III, 2 ed. São Paulo: Loyola, 2016.

\_\_\_\_\_. *Suma contra os Gentios*, Vol. IV, 2 ed. São Paulo: Loyola, 2016.

\_\_\_\_\_. *Questões disputadas sobre a alma*. São Paulo: É Realizações, 2014.

WOJTYLA, Karol. *Amor e Responsabilidade*. São Paulo: Cultor de Livros, 2016.

JOÃO PAULO II. *Teologia do Corpo*: Catequeses sobre o amor humano no plano divino. São Paulo: Ecclesiae, 2014.

PETRI, Tomas. *Aquinas and the Theology of the Body*: The Thomistic Foundations of John Paul II 's Anthropology. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 2016.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Antropologia Filosófica*. São Paulo: Loyola, 2020.

STORK, Ricardo Yepes. *Fundamentos de Antropologia*: Um Ideal de Excelência Humana. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência, 2005.

GARDEIL, Henri-Dominique. *Iniciação à filosofia de São Tomás de Aquino*, Vol. I, São Paulo: Paulus, 2013.

\_\_\_\_\_. *Iniciação à filosofia de São Tomás de Aquino*, Vol. II, São Paulo: Paulus, 2013.

GILSON, Étienne; Boehner, Philotheus. *História da Filosofia Cristã: Desde as origens até Nicolau de Cusa*, Rio de Janeiro: Petrópolis, 1988.

\_\_\_\_\_. *A existência na filosofia de São Tomás*, São Paulo: Duas Cidades, 1962.

\_\_\_\_\_. *El Tomismo*, Buenos Aires: Ediciones Desclée, 1943.

SERTILLANGES, Antonin Gilbert. *Santo Tomás de Aquino*, Buenos Aires: Ediciones Desclée de Brouwer, 1945.

\_\_\_\_\_. *As grandes teses da filosofia tomista*, Braga: Cruz, 1951.

AMEAL, João. *São Tomaz de Aquino: Iniciação ao estudo da sua figura e da sua obra*, Porto: Tavares Martins, 1947.

TORRELL, Jean-Pierre. *Iniciação a Santo Tomás de Aquino: sua pessoa e sua obra*, 2 ed., São Paulo: Loyola, 2004.

VERGEZ, André; Huisman, Denis. *História dos filósofos ilustrada pelos textos*, 3 ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

BICCA, Luiz. *Racionalidade Moderna e Subjetividade*, São Paulo: Loyola, 1997.